

Evolução ideológica e polarização no Brasil

Thaís Riether Vizioli

Universidade de Brasília

Geovana Lorena Bertussi

Universidade de Brasília

1 Introdução

O estudo da ideologia é fundamental para compreender as dinâmicas de poder e os processos decisórios que moldam as sociedades contemporâneas. A ideologia não apenas orienta as ações dos indivíduos e grupos no cenário político, mas também influencia a formulação de políticas públicas e a estruturação dos sistemas governamentais. Ao fornecer um conjunto de crenças e valores que guiam o comportamento político, a ideologia atua como uma lente através da qual são interpretadas as realidades sociais, econômicas e culturais. Assim, investigar as ideologias que permeiam os partidos políticos e os poderes governamentais é essencial para compreender as motivações subjacentes às decisões políticas e suas consequências para a sociedade.

No contexto atual, a importância de estudar ideologia tem se intensificado devido ao aumento da polarização política e à emergência de novas dinâmicas sociais e culturais. O cenário político global tem sido marcado por divisões ideológicas mais acentuadas, com implicações significativas para a coesão social e a governança democrática. No Brasil, esse fenômeno é particularmente evidente, refletindo-se em debates acalorados sobre questões econômicas, sociais e culturais.

Este trabalho traz contribuições significativas ao analisar a ideologia dos partidos políticos brasileiros ao longo do tempo, em vez de em momentos pontuais, como é comum na literatura existente. Ao estudar a evolução ideológica dos partidos em diferentes contextos históricos e políticos, o trabalho oferece uma visão mais abrangente das transformações ideológicas que ocorreram no Brasil desde a redemocratização. Além disso, o trabalho inova ao trazer informações sobre a composição ideológica dos poderes Executivo e Legislativo, nas três esferas federativas. Essa perspectiva permite uma compreensão mais completa de como as ideologias políticas se manifestam e interagem nas diferentes esferas do governo.

O trabalho investiga formas de classificação e mensuração da ideologia, além de apresentar dados sobre os determinantes da ideologia no Brasil. A formação das crenças ideológicas está ligada a fatores econômicos e culturais, com uma importância crescente dos aspectos culturais nos últimos anos. Essa evolução reflete mudanças significativas na sociedade brasileira, onde questões culturais e identitárias têm ganhado destaque, influenciando tanto o discurso político quanto as preferências eleitorais.

Ao explorar a composição ideológica dos poderes Executivo e Legislativo, este estudo traz insumos para avaliação de como as ideologias influenciam a formulação de políticas e a tomada de

decisões em nível nacional e subnacional. Essa análise é particularmente relevante no contexto brasileiro, onde a fragmentação partidária e a diversidade ideológica são características marcantes do sistema político.

A estrutura deste trabalho está organizada em quatro partes principais, além desta introdução. A segunda parte fornece uma definição de ideologia e explora a evolução histórica do conceito, bem como suas características e aspectos. A terceira parte discute as formas de classificação e mensuração da ideologia, destacando suas vantagens e limitações. A quarta seção apresenta uma análise detalhada da evolução ideológica no Brasil, com foco na polarização crescente e nos determinantes da ideologia no país. Ademais, examina o espectro ideológico da política brasileira, incluindo a composição ideológica dos poderes Executivo e Legislativo. Finalmente, a quinta parte oferece conclusões e reflexões sobre as implicações dos achados para a política e a sociedade.

2 Ideologia

2.1 Conceito e evolução histórica

O conceito de ideologia é complexo e multifacetado, tendo sido objeto de estudo de diversos campos do conhecimento. Trata-se de conceito bastante controverso historicamente. Heywood (2021) aponta que isso ocorre por duas razões principais: (i) a ideologia revela debates controversos sobre o papel das ideias na política e a relação entre crenças e teorias, por um lado, e a vida material ou conduta política, por outro; e (ii) o conceito não tem sido capaz de se manter à parte da luta contínua entre as ideologias políticas e dentro delas.

Eagleton (1991) apresenta múltiplas definições de ideologia, algumas incompatíveis entre si, sendo aplicáveis a diferentes contextos, sendo algumas pejorativas e outras não, revelando a complexidade do conceito. Entre as definições, apresenta:

- i. Processo de produção de significados, signos e valores na vida social;
- ii. Um corpo de ideias característico de um grupo social ou classe particular;
- iii. Ideias falsas ou ilusórias que ajudam a legitimar um poder político dominante;
- iv. Ilusão socialmente necessária;
- v. Conjunto de crenças orientadas a ação;
- vi. Processo por meio do qual a vida social é convertida em uma realidade natural.

O termo foi cunhado na Revolução Francesa, e etimologicamente refere-se à “ciência das ideias” (Van Dijk, 1998). Entretanto, ao longo do tempo o conceito evoluiu e tomou significados distintos.

Segundo Marx e Engels (1970), em obra originalmente publicada em 1846, a ideologia é um conjunto de ideias que reflete e perpetua os interesses da classe dominante, obscurecendo as relações reais de poder na sociedade. Atribui-se, portanto, um conceito negativo à ideologia, essencialmente associado ao sistema de classes, como manifestação do poder que visa sustentar desigualdades. Gerações posteriores de marxistas, entretanto, passaram a considerar que todas as classes possuem ideologias (Heywood, 2021). Gramsci (1971), responsável pelo desenvolvimento mais aprofundado da teoria marxista de ideologia, introduziu a noção de que a ideologia seria um terreno de luta cultural e política, onde diferentes grupos sociais competem pela hegemonia.

Mannheim (1960), sociólogo responsável pelas primeiras tentativas de construir um conceito não marxista de ideologia, retratou, em obra de 1929, as ideologias como sistemas de pensamento que servem para defender uma ordem social particular, e que expressam amplamente os interesses de seu grupo dominante ou governante. Segundo ele, todas as ideologias são distorcidas, por oferecerem uma visão parcial e necessariamente interessada da realidade social, tendo em vista serem moldadas pelas circunstâncias sociais das pessoas.

Com o surgimento de ditaduras autoritárias, a ascensão do fascismo e do nazismo, bem como pelas tensões ideológicas intensificadas no período da Guerra Fria, Heywood (2021) aponta que diferentes teóricos, como Karl Popper (1945) e Hannah Arendt (1951), passaram a usar o termo ideologia de maneira mais restrita, de forma que ideologias seriam sistemas de pensamento "fechados" que, ao reivindicarem um monopólio da verdade, se recusam a tolerar ideias opostas e crenças rivais. Popper (1945), entretanto, destaca que o liberalismo seria um sistema de pensamento "aberto", à medida que se baseia na liberdade, na tolerância e na diversidade.

A partir da década de 1960, passou-se a adotar um conceito mais neutro e objetivo de ideologia, removendo a bagagem política a ele atribuído. Bobbio (1995) enfatiza a função orientadora das ideologias, definindo ideologia como um conjunto de ideias e de valores que dizem respeito à ordem pública e que têm como função orientar os comportamentos políticos coletivos.

Knight (2006) também enfatiza o aspecto temporal e orientado para políticas das ideologias. Ao tratar das transformações do conceito de ideologia no século XX, a autora propõe que ideologia é um sistema de ideias, com referência à política, particularmente à política pública, apresentando uma interpretação do passado, uma explicação do presente, e uma visão do futuro.

Nesse sentido, Heywood (2021) propõe que uma ideologia é um conjunto mais ou menos coerente de ideias que fornece a base para a ação política organizada, destinada a preservar, modificar ou derrubar o sistema de poder existente. Assim, ideologias apresentam três características fundamentais: (i) apresentam uma visão de mundo, (ii) delineiam um modelo de futuro desejado, (iii) orientam como realizar a mudança política.

Contrariamente à visão de que ideologias seriam sistemas fechados de pensamento, Heywood (2021) alinha-se a Freeden (1996), que enfatiza a natureza morfológica das ideologias, associando-as a estruturas flexíveis e interconectadas. Assim, ideologias representam conjuntos fluidos de ideias que se sobrepõem a outras ideologias e se fundem umas nas outras, o que permite o surgimento de formas ideológicas híbridas.

3

2.2 Aspectos e características

A mudança conceitual e as amplas divergências de visões entre autores e entre contextos históricos nos revelam algumas características da ideologia, que se associam e se reforçam mutuamente:

- i. Instabilidade: as ideologias não são estáticas ou imutáveis, elas evoluem e se adaptam ao longo do tempo, respondendo a mudanças sociais, econômicas e políticas;
- ii. Dependência de fatores políticos e contextuais: as ideologias são fortemente influenciadas pelo contexto político e social em que se desenvolvem;

iii. Relatividade: a interpretação e a avaliação das ideologias dependem da perspectiva de quem as analisa.

Bobbio (1995), por exemplo, argumenta que as posições podem mudar ao longo do tempo ou em resposta a questões específicas. Conforme o autor, a queda do Muro de Berlim e o colapso do comunismo soviético levaram a uma reavaliação das posições de esquerda. Novos desafios, como a globalização e as questões ambientais, forçaram as ideologias a adaptarem suas posições. A ascensão de movimentos populistas e nacionalistas introduziu novas dinâmicas no espectro político tradicional.

Corroborando tais características, Heywood (2021) argumenta que as ideologias políticas se manifestam de maneira distinta em diferentes contextos geográficos. Neste mesmo sentido, Jorge, Faria e Silva (2020) apontam que a ideologia é um fenômeno relacional, sendo que a posição de um partido político é sempre relativa à posição de outros partidos e ao contexto político em que estão inseridos.

As ideologias podem, ainda, ser classificadas em diferentes tipos ou dimensões, dependendo do seu foco principal (Jost et al., 2009; Heywood, 2021):

- i. Dimensão política: mais associada à organização do poder e a autoridade;
- ii. Dimensão econômica: associada ao papel do estado na economia, à organização da produção e à distribuição de recursos;
- iii. Dimensão social: ligada a questões de organização social e cultural.

Heywood (2021) destaca que, ao longo do tempo, houve uma mudança no foco e nos termos do debate ideológico. Algumas ideologias perderam significância, novas ideologias surgiram e todas as ideologias passaram por processos de redefinição. Enquanto o século XIX baseou-se na batalha entre duas filosofias econômicas rivais (capitalismo e socialismo), dando à ideologia forte foco econômico, foram surgindo novas ideologias que trazem preocupações novas e mais modernas.

Nesse processo, houve uma mudança de foco da economia para a cultura. Com a redução das diferenças ideológicas entre capitalismo e socialismo, as principais preocupações da ideologia passaram a ser associadas a valores, crenças e modo de vida das pessoas, ao invés do bem-estar econômico. Assim, liberalismo, socialismo e anarquismo seriam exemplos de ideologias clássicas, enquanto feminismo, ambientalismo e multiculturalismo seriam novas ideologias. As novas ideologias têm uma relação complexa e ambígua com as ideologias clássicas, ora apresentando elementos transversais, ora elementos que vão além de seus parâmetros.

Heywood (2021) argumenta, adicionalmente, que houve uma mudança da política social para a política de identidade, que liga o pessoal ao social, fornecendo aos indivíduos uma ampla gama de opções ideológicas que se encaixam em sua posição social.

3 Classificação e mensuração da ideologia

Uma forma de categorizar ideologias políticas é com base em sua posição no espectro político esquerda-direita. As origens dos termos "esquerda" e "direita" na política remontam à Revolução Francesa, refletindo a escolha marcante entre revolução e reação, sendo ainda hoje associadas à crença no progresso ou à resistência a mudanças (Heywood, 2021). Os termos têm sido usados para

fornecer *insights* sobre a natureza de ideologias particulares e para descobrir relações entre ideologias políticas de forma mais geral.

De acordo com Bobbio (1995), existe um *continuum* entre extrema-esquerda e extrema-direita, com posições intermediárias, como a centro-esquerda e a centro-direita, sendo que as posições centristas buscariam equilibrar elementos de ambos os lados. Para ele, as diferenças entre direita e esquerda decorrem da atitude em relação à igualdade: enquanto a esquerda considera as desigualdades como sociais e, portanto, elimináveis, a direita as vê como naturais e inevitáveis. As diferenças entre direita e esquerda se fundamentam, segundo Bobbio (1995), nas tensões entre os ideais de igualdade e liberdade: enquanto a direita tende a enfatizar a liberdade individual e econômica, priorizando a não interferência do Estado, a esquerda frequentemente vê a liberdade em termos mais coletivos, de forma que certas condições materiais seriam necessárias para o exercício efetivo da liberdade.

Há, entretanto, grande complexidade associada ao conceito de igualdade. Em especial, para Bobbio (1995), existe diferença entre igualdade de oportunidade e igualdade de resultados, sendo que a primeira se refere à ideia de que todos devem ter as mesmas chances iniciais de sucesso, enquanto a segunda refere-se à ideia de uma distribuição mais equitativa de recursos e benefícios na sociedade.

Diferentes concepções de igualdade se traduzem em políticas concretas. São exemplos de políticas de igualdade de oportunidades: educação universal, legislação antidiscriminação e programas de treinamento profissional que visam garantir igualdade de oportunidades no mercado de trabalho e em serviços públicos. Já sistemas de segurança social abrangentes, programas de habitação social e programas de renda mínima seriam políticas mais associadas à igualdade de resultados, ao visar um padrão mínimo de vida para todos os cidadãos, independentemente de sua posição social. Há, ainda, políticas híbridas, como saúde pública, ao permitir que todos tenham acesso a cuidados básicos e assegurando um nível mínimo de bem-estar.

Políticas de igualdade de resultados são usualmente criticadas por afetarem incentivos econômicos e a eficiência. Ademais, geralmente tais políticas requerem um estado mais intervencionista, o que pode entrar em conflito com noções de liberdade econômica. Ainda, as características de tais políticas podem gerar preocupações com a sustentabilidade fiscal de longo prazo, especialmente aquelas associadas a estados de bem-estar social abrangentes.

Nesse sentido, para Bobbio (1995), a esquerda defende uma economia planejada centralmente, com intervenção do Estado para redução das desigualdades de resultado; enquanto a direita defende um Estado menor e menos intervencionista, priorizando a eficiência econômica e o livre mercado, com maior ênfase às igualdades de oportunidade.

Entretanto, mesmo Bobbio (1995) reconhece que posições políticas reais são mais complexas do que os rótulos de direita e esquerda, de forma que os indivíduos e os partidos podem adotar posições de esquerda em algumas questões e de direita em outras. Ademais, salienta que o extremismo em ambos os lados pode levar a práticas autoritárias. A despeito disso, argumenta que a distinção permanece útil e necessária para compreender o panorama político e para a orientação política dos cidadãos.

Conforme Heywood (2021), o tradicional espectro político linear tem uma série de desvantagens, tendo em vista que como as ideologias contêm elementos rivais, ou até mesmo contraditórios, localizá-las em um espectro político linear contra um único critério pode ser difícil.

A teoria da farradura sugere que os extremos do espectro político, longe de serem opostos, são, na verdade, mais semelhantes entre si do que com o centro moderado. Este conceito foi popularizado pelo filósofo francês Jean-Pierre Faye na década de 1990 e ganhou maior exposição em 2002. A teoria se fundamenta na observação de que tanto a extrema-direita quanto a extrema-esquerda pode adotar políticas autoritárias e totalitárias, ressaltando que os ideais que parecem estar nos extremos opostos muitas vezes convergem em suas práticas e impactos sociais. Assim, o espectro político assume o formato de uma farradura em vez de uma linha reta, sublinhando a proximidade de resultado dos extremos.

A complexidade das interações políticas também levou Eysenck (1964 *apud* Heywood (2021) a propor um espectro bidimensional, com a adição de um eixo vertical de liberdade/autoridade ao eixo horizontal esquerda/direita. Kitschelt (1994) também mapeia as ideologias através desses dois eixos principais, associando o eixo esquerda/direita a matérias econômicas e o eixo liberal/autoritário a questões sociais e culturais.

A natureza abstrata e multidimensional das ideologias a tornam difíceis de classificar e, mais ainda, de mensurar. Em especial, as três características supracitadas trazem vários desafios: a instabilidade no tempo, a dependência de fatores políticos e sociais e a relatividade de quem as analisa dificulta comparações longitudinais, torna necessária a atualização constante dos instrumentos de mensuração e podem gerar resultados diferentes a depender do método empregado.

A mensuração da ideologia normalmente se baseia em dados de percepção (*surveys*) ou em dados comportamentais. Algumas abordagens comumente utilizadas para mensurar a ideologia incluem (Jorge; Faria; Silva, 2020; Power; Zucco, 2009; Maciel et al., 2018; Tarouco; Madeira, 2013):

- i. *Surveys* de autoposicionamento: pesquisa em que os indivíduos, geralmente parlamentares, são solicitados a se posicionar em uma escala ideológica, geralmente variando de extrema-esquerda a extrema-direita. No caso do Brasil, destaca-se a *Brazilian Legislative Survey (BLS)*;
- ii. *Surveys* de especialistas: avaliação das posições ideológicas de partidos e parlamentares por especialistas em política, como a realizada por Bolognesi et al. (2023);
- iii. *Surveys* de eleitores ou *mass surveys*: pesquisas em que a população em geral avalia suas posições ideológicas ou as posições ideológicas dos parlamentares/governantes. Como expoente desse tipo de pesquisa, destaca-se o Latinobarômetro;
- iv. Análise de conteúdo de manifestos partidários: envolve a análise sistemática de documentos políticos, como programas partidários e discursos, para identificar posições ideológicas. O Manifesto Research Group/Comparative Manifestos Project (MRG/CMP) é um exemplo dessa abordagem;
- v. Análise de votações parlamentares e de políticas públicas que apresentam: exame dos padrões de votação dos legisladores e dos projetos de lei e de políticas públicas que apresentam para inferir suas posições ideológicas, a exemplo da iniciativa Deltafolha (2024).

¹ A BLS está listada ao final do trabalho como: ZUCCO, Cesar. Brazilian Legislative Surveys (Waves 1-9, 1990-2021), <https://doi.org/10.7910/DVN/WM9IZ8>, Harvard Dataverse, VI. Acesso em: 27 jan. 2025.

As *surveys* ou dados de percepção, de maneira geral, são sensíveis ao tempo, ao avaliado e ao local de sua aplicação (Bolognesi et al., 2023; Power; Zucco, 2009). Isso pode gerar problemas de comparação entre os dados ao longo do tempo, tendo em vista a mudança na forma como as perguntas podem ser interpretadas em diferentes contextos históricos, e pode não revelar o verdadeiro conteúdo das ideologias. Ademais, pesquisas podem ser caras e pode haver dificuldade de adesão dos respondentes.

Especificamente, as escalas de autodefinição são comumente criticadas porque o comportamento político dos atores se determina também por fatores estratégicos (vide modelos de *vote-seeking* e *pork-seeking*), de forma que a definição pode ser forjada por interesses ou estratégias individuais ou partidárias (Jorge; Faria; Silva, 2020). Já as *surveys* com especialistas tendem a utilizar partidos ideologicamente opostos como referência especial e ocupar o restante da reta (Bolognesi et al., 2023), especialmente em sistemas muito fragmentados, como o do Brasil. As *mass surveys*, por sua vez, potencializam esses problemas, especialmente pela dificuldade da população em geral em compreender as perguntas, as escalas e as métricas utilizadas.

As análises de dados comportamentais, seja de manifestos, seja projetos de lei apresentados, pressupõem a definição anterior de conteúdos semânticos como indícios de posicionamento ideológico, sobre os quais pode haver controvérsia. Esse tipo de análise também parece potencializar as dificuldades relativas à separação de outros componentes não ideológicos que determinam as ações dos atores políticos.

Power e Zucco (2009) destacam que os limites entre esses dois tipos de abordagens são confusos, tendo em vista que os dados de percepção dependem, em última análise, das ações anteriores dos políticos. Nesse sentido, Bolognesi et al. (2023) apontam que há convergência entre pesquisas com especialistas e dados comportamentais. Já Maciel et al. (2018), ao comparar os resultados de classificações por especialistas e escalas de autoposicionamento, afirmam haver uma ordenação coerente na classificação dos partidos.

A despeito das diversas teorias e planos multidimensionais, a escala direita/esquerda permanece exercendo papel relevante na diferenciação ideológica. Ao tratar do papel orientador das ideologias, Bobbio (1995) argumenta que a métrica direita/esquerda faz as vezes de uma “estrela polar”, ao fornecer uma referência constante no universo político. Power e Zucco (2009) sustentam que essa escala permanece sendo o indicador mais significativo de posicionamento ideológico nas democracias contemporâneas, permitindo uma diferenciação simbólica entre os partidos que servem como atalhos mentais tanto para as elites quanto para os eleitores.

Ademais, todas as abordagens de mensuração supracitadas costumam basear-se na escala direita/esquerda, a despeito de toda a discussão teórica quanto à dificuldade de classificação das ideologias. Entretanto, perguntas específicas e análises de dados comportamentais quanto a diferentes dimensões (como cultura, religião, papel do estado no crescimento econômico, papel do Estado na redução das desigualdades, entre outras) podem permitir análises multidimensionais das ideologias.

Segundo Power e Zucco (2009), as *surveys* têm a vantagem de revelar a compreensão corrente e compartilhada dos respondentes quanto à ideologia. Dessa forma, *surveys* não pressupõem a necessidade de assumir definições específicas de ideologia e, portanto, apresenta-se como vantagem em relação a dados comportamentais.

A iniciativa *Brazilian Legislative Surveys* destaca-se neste contexto, tendo sido realizada em nove “ondas” eleitorais, com dados de 1990, 1993, 1997, 2001, 2005, 2009, 2013, 2017 e 2021. A pesquisa é enviada a todos os congressistas, que respondem de maneira anônima. Dentre as questões, eles avaliam seu próprio posicionamento ideológico, o posicionamento ideológico de partidos políticos e de alguns presidentes, em uma escala esquerda/direita que vai de 1 a 10. 35 partidos foram avaliados desde o lançamento da pesquisa, que conta com uma adesão média de 26% dos parlamentares².

O grande número de anos e de partidos avaliados permite uma análise abrangente da evolução da ideologia no Brasil ao longo do tempo, em diferentes contextos desde a redemocratização do país. Ademais, ao apresentar informações da autoavaliação ideológica dos congressistas, a pesquisa abre espaço para verificação das alterações relativas da percepção ideológica.

Por essas razões, o presente trabalho irá utilizar dados de ideologia classificados conforme a escala direita/esquerda, mensurados por meio de *survey* aplicada aos parlamentares. Outros dados serão utilizados para ilustrar a importância da ideologia, para qualificar a ideologia do governo em exercício, para avaliar o grau de polarização e para a realização de outras análises acessórias.

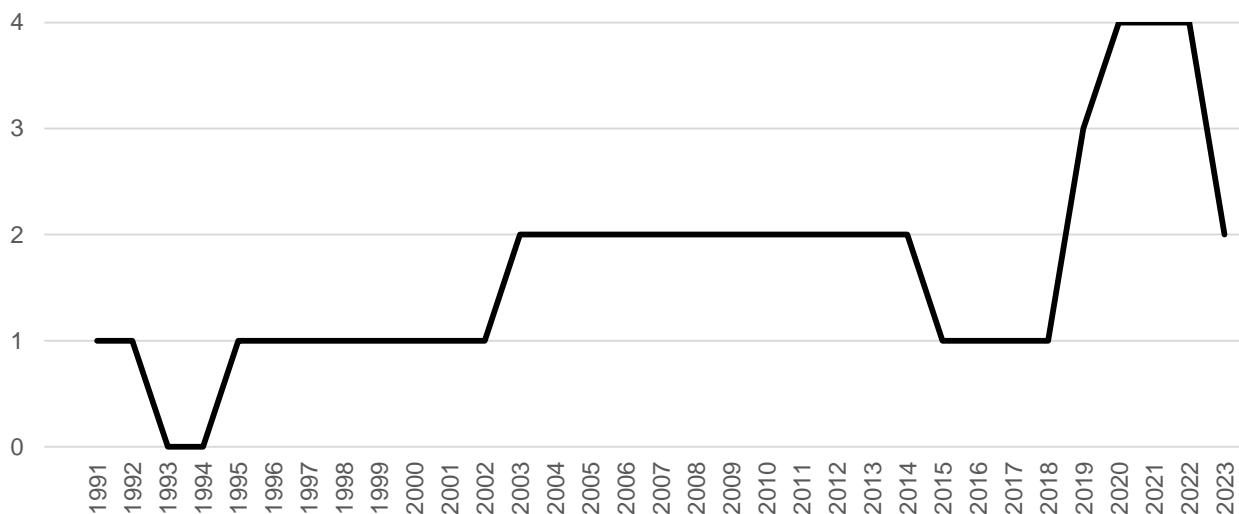
4 Evolução ideológica e polarização no Brasil

A ideologia tem desempenhado um papel crucial na política brasileira, especialmente no período recente. O Gráfico 1 ilustra essa evolução. No período pós-redemocratização, a ideologia teve pouca relevância no cenário político brasileiro. Este período foi caracterizado por um foco em reconstruir instituições democráticas e estabilizar a inflação, com menos ênfase em agendas ideológicas. Em relação à característica da ideologia vigente, a ênfase era em nacionalismo e conservadorismo, conforme observa-se no Gráfico 2. Durante os dois primeiros mandatos do governo Lula e no governo Dilma, a ideologia ganhou mais destaque. Este aumento de importância pode ser atribuído a políticas sociais e econômicas que buscavam reduzir desigualdades e promover inclusão social, refletindo uma orientação ideológica mais à esquerda.

A importância da ideologia diminuiu durante o período do *impeachment* de Dilma Rousseff e sob o governo de Michel Temer, este último marcado por uma agenda política mais pragmática, focada em reformas econômicas e estabilização política, com menor ênfase em questões ideológicas. A importância atribuída à ideologia atingiu seu maior patamar durante o governo Bolsonaro, justificando quase exclusivamente o regime em vigor. Este aumento reflete uma forte ênfase em políticas conservadoras e religiosas.

² Número de respostas reduziu-se ao longo dos anos, atingindo o menor patamar em 2021. Foram 248 respondentes na pesquisa de 1990 e 118 na última pesquisa, representando, respectivamente, 42% e 20% dos congressistas.

Gráfico 1 - Importância da ideologia

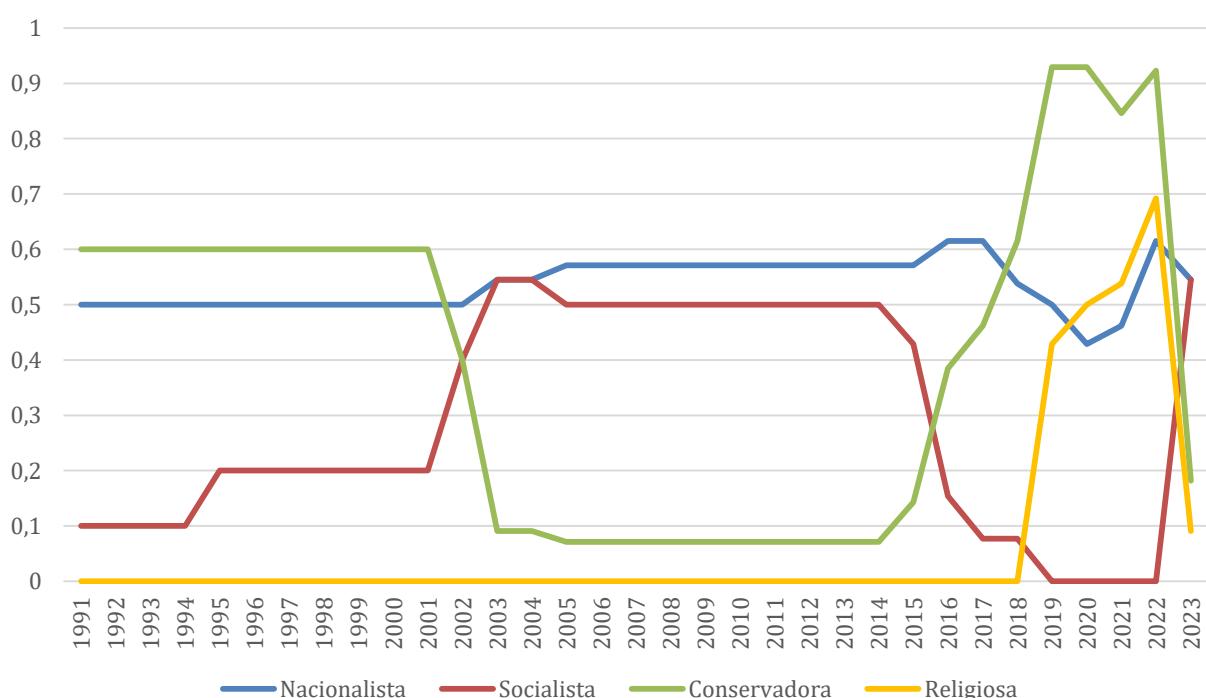


Fonte: elaboração das autoras a partir de dados do V-Dem.

Nota: Refere-se à variável *v2exl_legideol* do *Varieties of Democracy Dataset*, que representa a resposta média atribuída à seguinte pergunta: “Até que ponto o atual governo promove uma ideologia ou modelo social específico (um conjunto de crenças oficialmente codificadas, utilizado para justificar um conjunto específico de relações sociais, políticas e econômicas; por exemplo, socialismo, nacionalismo, tradicionalismo religioso, etc.) para justificar o regime em vigor?” Respostas: 0: De forma alguma. 1: Em pequena medida. 2: Até certo ponto, mas não é o componente mais importante. 3: Em grande medida, mas não exclusivamente. 4: Quase exclusivamente.

Gráfico 2 - Caracterização da ideologia em vigor

9

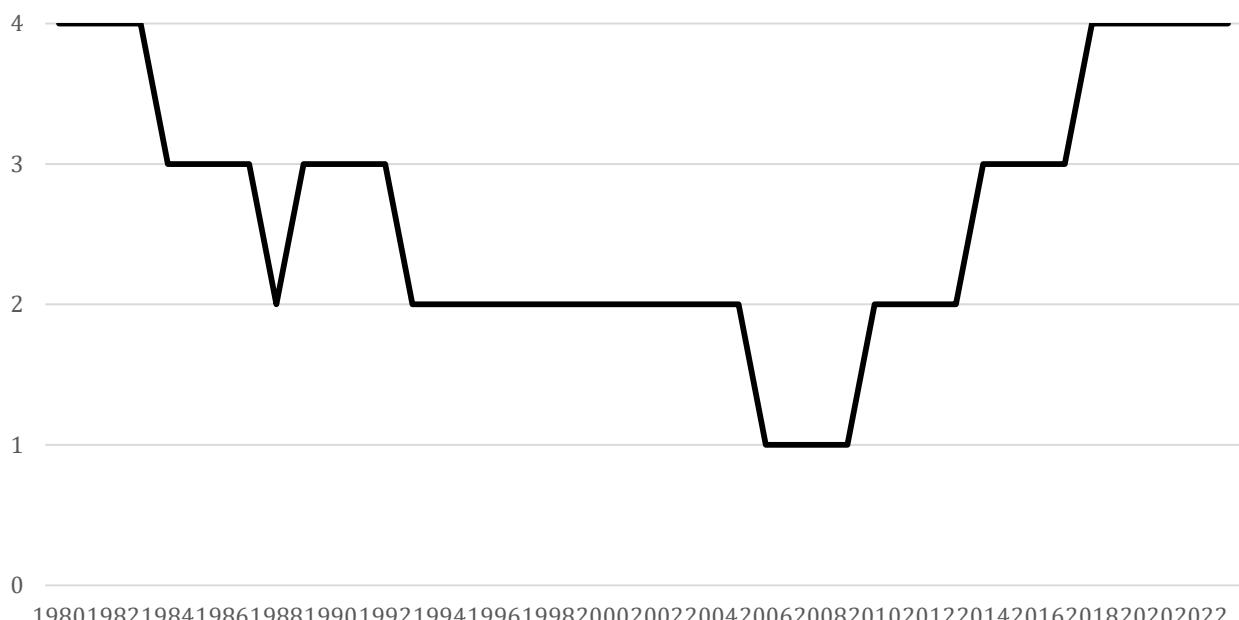


Fonte: elaboração das autoras a partir de dados do V-Dem.

Nota: Refere-se à variável *v2exl_legideolcr* do *Varieties of Democracy Dataset*, que representa a resposta média atribuída à pergunta: “Como você caracteriza a ideologia/ideologias identificadas na questão anterior? Selecione todas que se aplicam” Respostas: Nacionalista; Socialista ou Comunista; Restauradora ou Conservadora; Separatista ou Autônoma; Religiosa. O gráfico não apresenta informações para “separatista ou autônoma”, que apresentou pequeno valor apenas em 2021.

A crescente importância da ideologia no Brasil nos últimos anos está intimamente ligada a um aumento significativo da polarização política. Esta relação é tanto causa quanto consequência do acirramento das divisões políticas no país. O Gráfico 3 revela que o nível de polarização política no Brasil atingiu seu ponto mais alto a partir de 2018 (no qual se manteve até a última pesquisa, em 2023), um patamar comparável apenas ao observado durante o período da ditadura militar. Embora o Brasil tenha sempre apresentado algum grau de polarização, a relevância dessa divisão aumentou significativamente a partir de 2014. Este período marca o início de uma série de eventos políticos e econômicos que exacerbaram as tensões entre diferentes grupos ideológicos. As crises políticas e econômicas, como o *impeachment* de Dilma Rousseff, os escândalos de corrupção, a crise fiscal e o aumento da inflação contribuíram para aprofundar a desconfiança e a divisão entre os cidadãos.

Gráfico 3 – Polarização Política



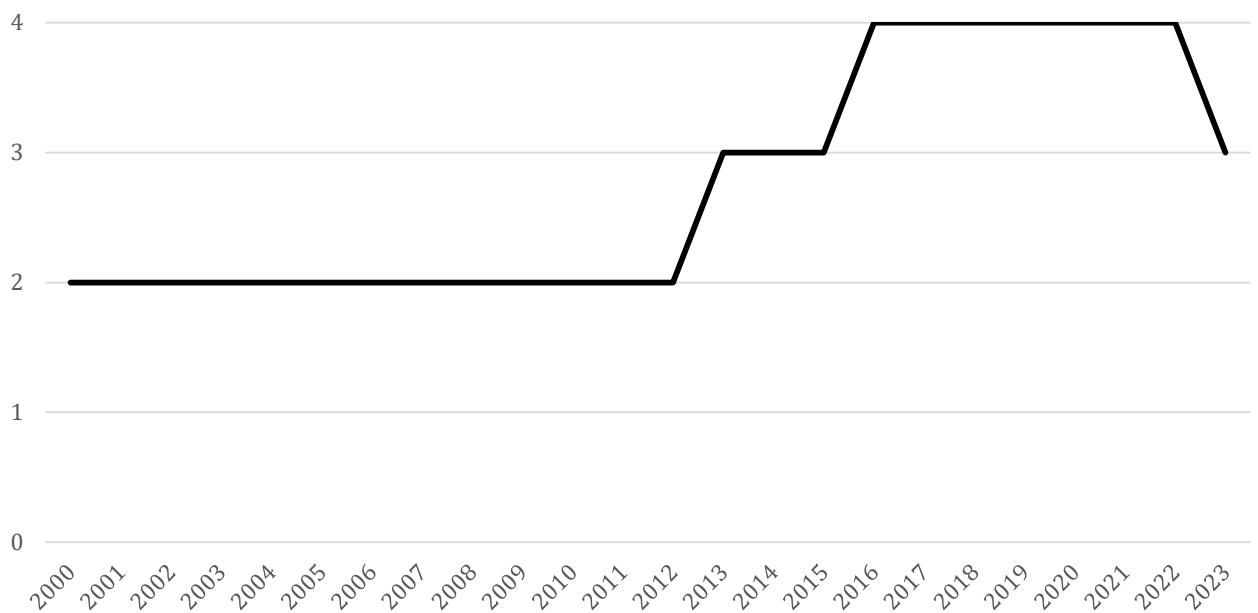
Fonte: elaboração das autoras a partir de dados do V-Dem.

Nota: Refere-se à variável *v2cacamps* do *Varieties of Democracy Dataset*, que representa a resposta atribuída à seguinte pergunta: "A sociedade está polarizada em campos políticos antagônicos?" Respostas: 0: De modo algum, os apoiantes de campos políticos opostos geralmente interagem de forma amigável. 1: Principalmente não, os apoiantes de campos políticos opostos têm maior probabilidade de interagir de forma amigável do que hostil. 2: Um pouco, os apoiantes de campos políticos opostos têm a mesma probabilidade de interagir de forma amigável ou hostil. 3: Sim, de forma perceptível, os apoiantes de campos políticos opostos têm maior probabilidade de interagir de forma hostil do que amigável. 4: Sim, em grande parte, os apoiantes de campos políticos opostos geralmente interagem de forma hostil.

De acordo com Nunes e Traumann (2024), na eleição de 2022, a mais disputada da história, o Brasil viveu a consolidação de um processo de polarização extrema. Embora sempre tenha havido polarização na política brasileira, a retórica do "nós contra eles" não pregava a eliminação do adversário, como pareceu ser o caso nas últimas eleições presidenciais. Esse fenômeno se refletiu em uma polarização que ultrapassou o campo político e passou a afetar cada vez mais a sociedade (veja Gráfico 4). Segundo os autores, a polarização política passou a ser afetiva, nos termos de Iyengar et al. (2019), indicador que atingiu seu maior patamar em 2022, vide Gráfico 5.

Esses fenômenos destacam a crescente importância que a ideologia tem assumido na sociedade brasileira, desafiando não apenas as estruturas partidárias, mas também as teorias políticas e econômicas estabelecidas. A análise da polarização e das divisões ideológicas torna-se, portanto, essencial para uma compreensão mais profunda dos rumos da política econômica, tanto no Brasil quanto no cenário global.

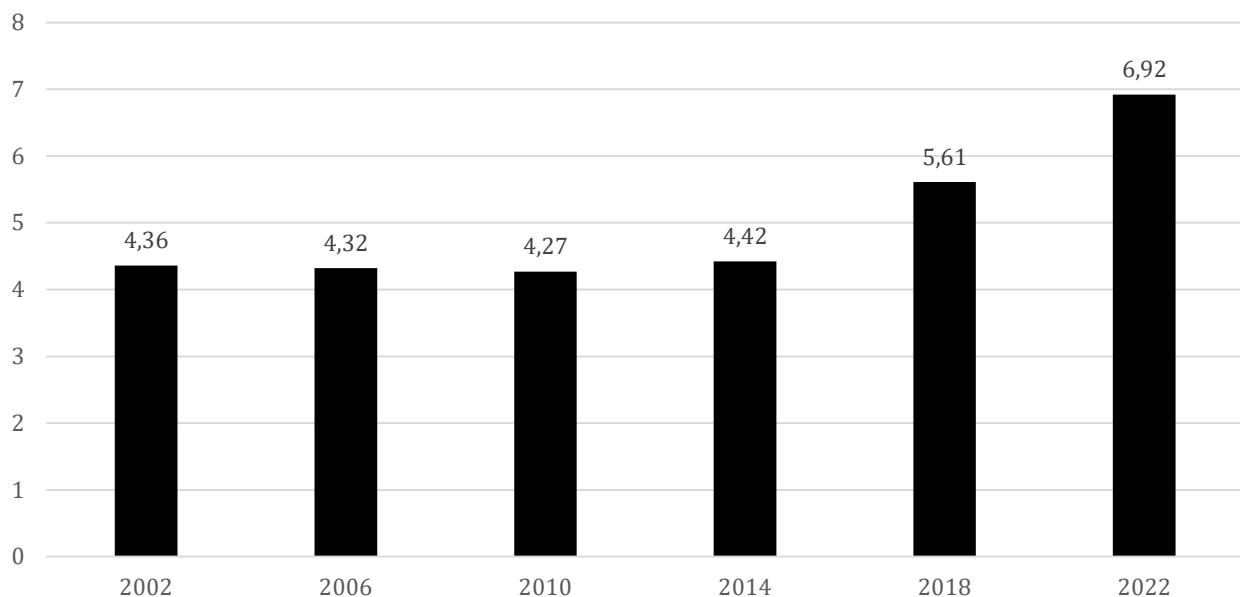
Gráfico 4 – Polarização da sociedade



Fonte: elaboração das autoras a partir de dados do V-Dem.

Nota: Refere-se à variável *v2smpolsoc* do *Varieties of Democracy Dataset*, que representa a resposta atribuída à seguinte pergunta: “Como você caracterizaria as diferenças de opinião sobre as principais questões políticas nesta sociedade? Esclarecimento: embora exista pluralidade de pontos de vista em todas as sociedades, estamos interessados em conhecer até que ponto essas diferenças de opinião resultam em grandes confrontos de pontos de vista e polarização ou, alternativamente, se há um acordo geral sobre a direção geral que esta sociedade deve desenvolver.” As respostas foram dispostas de modo que 2: média polarização; 3: moderada polarização e 4: polarização severa.

Gráfico 5 – Polarização afetiva



Fonte: Nunes e Traumann (2024) a partir de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb) de 2022.

Nota: o índice é calculado a partir da média da diferença entre o grau de afeto atribuído por cada entrevistado aos dois principais candidatos presidenciais de cada eleição, sendo o grau de afeto uma escala de 0 a 10, em que 0 é “não gosta de jeito nenhum” e 10 é “gosta muito”.

4.1. O que determina a ideologia?

12

Este trabalho não tem a intenção de propor uma definição única de ideologia ou uma métrica específica para posicionar os parlamentares brasileiros no espectro político de esquerda/direita. Entretanto, antes de analisar a evolução da ideologia no país, é crucial entender o que os dados a serem utilizados nos dizem sobre como os parlamentares se posicionam em relação a temas que são frequentemente associados à ideologia, como economia, valores e cultura. Analisar essas percepções ao longo do tempo nos permite não apenas entender as definições subjacentes de esquerda, centro e direita, mas também a relatividade da ideologia, que pode variar conforme o avaliador e o contexto histórico.

A partir de dados da *Brazilian Legislative Survey*, o Quadro 1 apresenta a média das respostas dos parlamentares brasileiros sobre diversos temas, categorizadas de acordo com seu posicionamento ideológico (esquerda, centro e direita). As variáveis analisadas refletem percepções sobre economia (distribuição de renda, concorrência, responsabilidade governamental sobre o sustento das pessoas, participação da iniciativa privada) e valores sociais e culturais (cotas, casamento entre pessoas do mesmo sexo, aborto, acesso a armas).

Parlamentares de esquerda, como esperado, tendem a favorecer uma maior participação estatal em questões econômicas. Em contraste, parlamentares de centro e direita exibem valores semelhantes em relação a temas econômicos, sugerindo uma convergência em direção a políticas que equilibram intervenção estatal e iniciativa privada. Quando se trata de valores sociais e culturais, os parlamentares de esquerda geralmente adotam posições mais progressistas, enquanto o conservadorismo aumenta à medida que nos movemos para a direita no espectro ideológico.

Notavelmente, há diferenças mais expressivas entre o centro e a direita em questões sociais do que em temas econômicos, indicando uma maior diversidade de opiniões sobre valores culturais entre diferentes espectros ideológicos.

Quadro 1 - Posicionamento dos parlamentares quanto a temas econômicos, sociais e culturais, de acordo com seu posicionamento ideológico

	Esquerda		Centro		Direita		Todos	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP	Média	DP
Renda	1.95	2.15	4.97	2.95	5.47	3.32	4.43	3.21
Concorr	4.41	2.71	2.81	2.32	2.85	2.67	3.19	2.60
Govresp	3.37	2.43	6.21	2.51	6.60	2.64	5.66	2.83
Inicpriv	5.06	2.78	3.15	2.64	3.49	3.06	3.69	2.90
Cotaafro	4.57	0.97	3.24	1.45	3.02	1.53	3.46	1.51
Cotrenda	4.79	0.67	4.04	1.15	4.01	1.21	4.20	1.13
Casament	4.47	1.14	3.54	1.49	3.44	1.54	3.71	1.49
Aborto	1.82	1.16	2.84	1.45	2.88	1.54	2.63	1.48
Cotamulheres	4.54	0.87	3.16	1.40	2.69	1.51	3.33	1.49
Valcrist	1.78	1.31	2.69	1.39	3.55	1.45	2.70	1.51
Armas	1.07	0.27	2.47	1.39	3.48	1.66	2.40	1.55

Fonte: elaboração das autoras a partir de dados da *Brazilian Legislative Survey*

Nota: Definição das variáveis associadas à economia: *renda*: avalia a opinião sobre a distribuição de riqueza, variando de apoio à igualdade (1) a incentivo ao esforço individual (10); *Concorr*: mede a percepção sobre os efeitos da competição, de positiva (1) como incentivo ao trabalho e inovação, a negativa (10) como estímulo ao pior comportamento humano; *Govresp*: examina a responsabilidade pelo sustento, de maior intervenção governamental (1) a maior responsabilidade individual (10); *Inicpriv*: avalia o papel da iniciativa privada versus governamental, de apoio à iniciativa privada (1) a apoio à intervenção governamental (10). As variáveis associadas a valores sociais e culturais representam opiniões sobre cada tema, variando de discorda totalmente (1) a concorda totalmente (5). *Cotaafro*: opinião sobre cotas raciais em universidades públicas; *Cotrenda*: apoio a cotas para estudantes de baixa renda em universidades públicas; *Casament*: apoio ao casamento entre casais do mesmo sexo; *Aborto*: proibição total do aborto; *Cotamulheres*: favorável a mecanismos de paridade de gênero em cargos legislativos; *Valcrist*: promoção de valores cristãos pelo Estado; e *Armas*: avalia a opinião sobre o aumento do acesso a armas. A divisão entre parlamentares de esquerda, centro e direita baseia-se em sua autoavaliação ideológica, por meio da variável *lrclass*, que vai de 1 a 10, sendo valores menores ou iguais a 3 atribuídos a parlamentares de esquerda, maiores que 3 e menores ou iguais a 7 atribuídos a parlamentares de centro e maiores que 7 a parlamentares de direita. DP refere-se ao desvio padrão.

Os dados também mostram um maior desvio padrão nas respostas relacionadas a temas econômicos, como distribuição de renda, concorrência, responsabilidade do governo e participação da iniciativa privada, em comparação com temas culturais e sociais, como cotas, casamento entre pessoas do mesmo sexo, aborto, valores cristãos e armas. Isso sugere uma maior diversidade de interpretações sobre a participação do Estado na economia entre parlamentares do mesmo espectro ideológico, possivelmente devido à complexidade e ao dinamismo dessas questões. Em contraste, as questões culturais e sociais estão mais fortemente vinculadas a valores pessoais e identidades, que tendem a ser mais estáveis e menos influenciados por contextos variáveis, permanecendo mais alinhados com a ideologia declarada.

Para analisar o quanto de fato essas variáveis se relacionam com a ideologia, o Quadro 2 apresenta a correlação (e respectiva significância estatística) entre a ideologia do parlamentar

conforme sua autoavaliação e os valores atribuídos a variáveis de renda, valores sociais e cultura, para os anos de 2013, 2017 e 2021. Entre 2013 e 2021, há um aumento geral na significância estatística das correlações, indicando que as associações entre ideologia e as variáveis analisadas tornaram-se mais robustas ao longo do tempo.

As variáveis relacionadas à cultura e valores sociais, como cotas para afrodescendentes (*Cotaafro*), cotas de renda (*Cotrenda*), casamento entre pessoas do mesmo sexo (*Casament*), e Aborto, mostram um aumento na correlação com a ideologia entre 2013 e 2021. Notavelmente, a correlação para *Cotaafro*, *Cotrenda* e *Aborto* aumentou significativamente, refletindo uma maior polarização ideológica em questões de igualdade racial, social e de gênero.

Quadro 2 – Correlação entre ideologia do parlamentar e o valor atribuído a variáveis de renda e cultura, 2013, 2017 e 2021

	2013	2017	2021
Renda	0.4758* (0.0000)	0.4834* (0.0000)	0.5146* (0.0000)
Concorr	-0.1437 (0.1537)	-0.3543* (0.0001)	-0.4427* (0.0000)
Govresp	0.5306* (0.0000)	0.5019* (0.0000)	0.5819* (0.0001)
Inicpriv	-0.0244 (0.8090)	-0.3170* (0.0007)	-0.3829* (0.0000)
Cotaafro	-0.3429* (0.0005)	-0.4859* (0.0000)	-0.6784* (0.0000)
Cotrenda	-0.2782* (0.0048)	-0.3326* (0.0003)	-0.4798* (0.0000)
Casament	-0.3990* (0.0000)	-0.3887* (0.0000)	-0.4106* (0.0000)
Aborto	0.2318* (0.0190)	0.3884* (0.0000)	0.4780* (0.0000)

Fonte: elaboração das autoras a partir de dados da *Brazilian Legislative Survey*

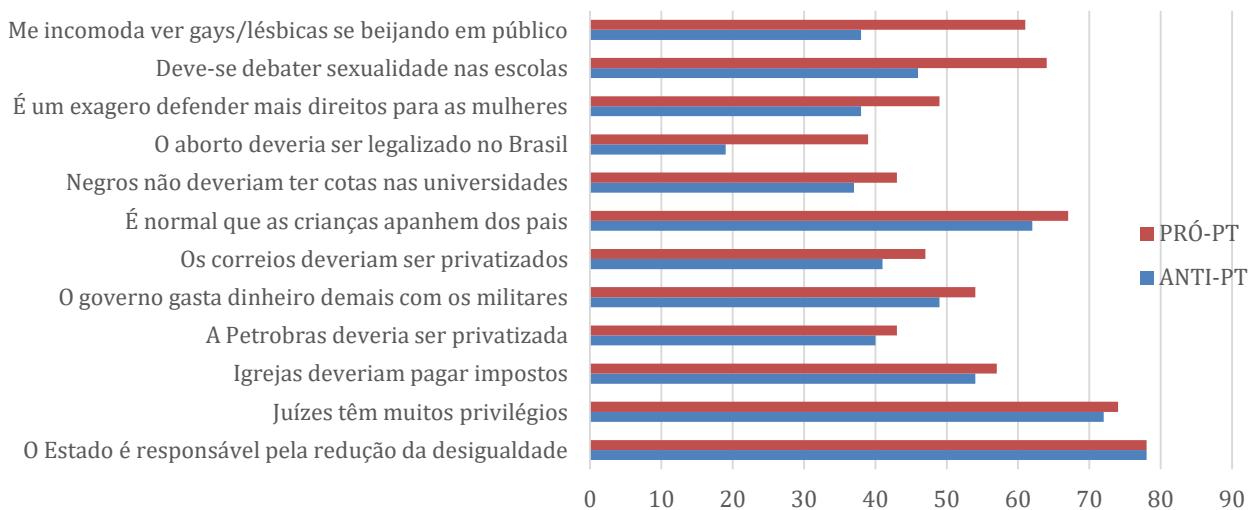
Nota: Correlação entre a variável *lrclass* e as mesmas variáveis apresentadas na Tabela 1, exceto *Cotamulheres*, *Valcrist* e *Armas*, que não estavam disponíveis em 2013. Entre parênteses, o p-valor. *Valores com significância superior a 5%.

Este aumento na correlação e na significância das variáveis culturais e de valores sociais sugere que, nos últimos anos, essas questões têm se tornado cada vez mais importantes para definir o posicionamento ideológico dos parlamentares no Brasil. Esses dados estão em linha com as informações trazidas no Gráfico 2, que mostraram aumento da importância de ideologias conservadoras e religiosas no Brasil no período recente. Isso reflete uma tendência global em que questões culturais e sociais estão ganhando destaque nos debates políticos, influenciando fortemente a polarização e a dinâmica partidária (Heywood, 2021; Norris; Inglehart, 2019).

De fato, conforme Nunes e Traumann (2024), os temas ligados a costumes, crenças e valores começam a aparecer de forma mais significativa associados ao voto, enquanto temas clássicos, como privatização e gastos com setores do Estado, deixam de apresentar associação estatística com voto. A

partir de dados de pesquisas da Quaest, os autores mostraram que não há tanta diferença entre eleitores anti e pró-PT em questões econômicas, como privatização, gasto com militares e o papel do Estado na redução das desigualdades, conforme se observa no Gráfico 6. No entanto, em questões culturais, as diferenças são notáveis. Mais ainda, destaca-se que essa diferença se acentuou entre 2018 e 2022.

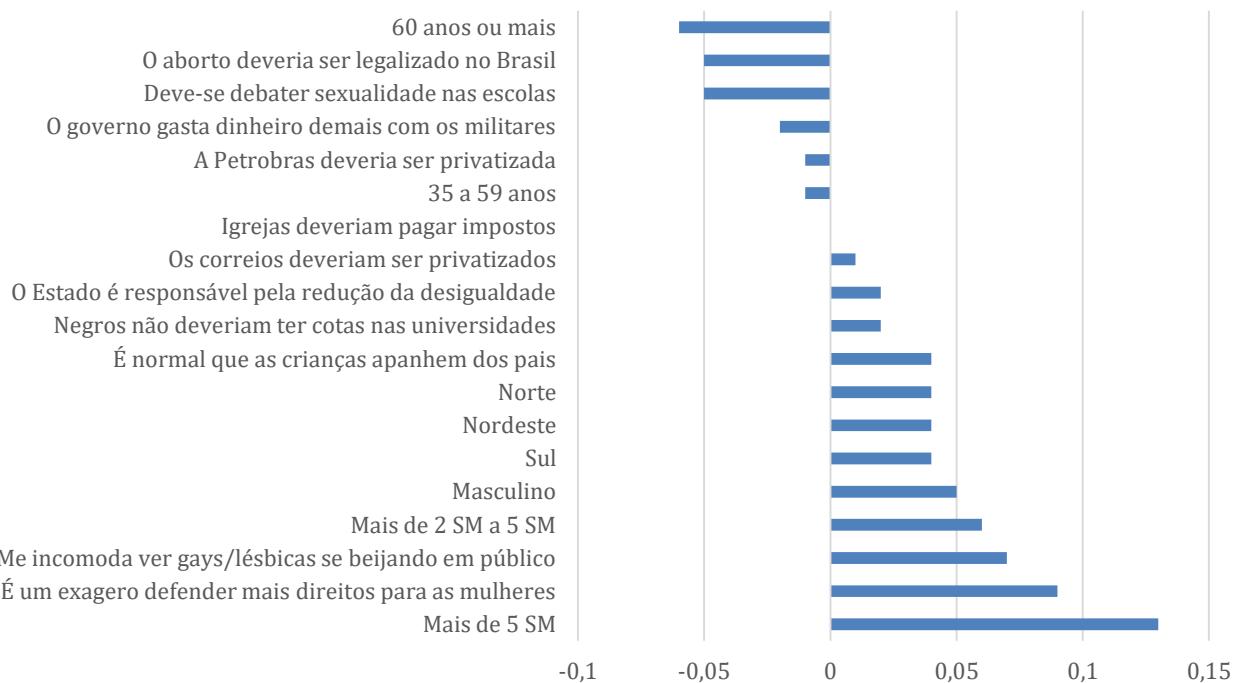
Gráfico 6 – Percentual de eleitores anti-PT e pró-PT conforme suas crenças, atitudes e pensamentos sobre o papel do Estado em 2022



Fonte: elaboração das autoras a partir de dados da Quaest apresentados em Nunes e Traumann (2024).

No mesmo sentido, questões culturais são mais relevantes para determinar aumento ou redução de chance de voto do que questões econômicas. Conforme evidenciado no Gráfico 7, as questões mais associadas à economia, como privatização dos Correios ou da Petrobras, ou o papel do Estado na redução da desigualdade, apresentaram pouca relevância na determinação do voto em 2022, enquanto fatores sociais e culturais, como aborto, sexualidade e políticas de gênero apresentam maior relevância. Esses dados reforçam o disposto na seção “Aspectos e características da ideologia” quanto à mudança de foco da economia para a cultura e parecem retroalimentar a polarização.

Gráfico 7 - Aumento ou redução nas chances de um eleitor com uma determinada característica ou opinião votar em Bolsonaro na eleição de 2022



Fonte: elaboração das autoras a partir de dados da Quaest apresentados em Nunes e Traumann (2024).

16

Alves, Bertussi e Batista (2025), ao investigarem como variáveis econômicas interferem na popularidade dos presidentes brasileiros, demonstraram que desemprego e inflação são variáveis relevantes para explicar a aprovação presidencial, mas acontecimentos políticos também têm influência relevante na popularidade, a exemplo do *impeachment* de Dilma Rousseff. Entretanto, ao analisarem a teoria do voto econômico, os autores chegam à conclusão de que a economia era um fator relevante para explicar os votos dos brasileiros até o governo Lula II, mas que, desde o governo Dilma I, houve um descasamento entre o resultado esperado pelo voto econômico e o resultado realizado.

Embora as explicações possam ser inúmeras, passando pelo fato de que o período mais recente foi marcado por uma situação econômica de maior normalidade, em que fatores críticos já haviam sido superados (a exemplo da inflação), dando espaço para outros fatores ganharem importância na determinação dos votos, é fato que questões culturais e a polarização política têm exercido cada vez mais influência na escolha dos governantes e parlamentares brasileiros.

4.2 Espectro ideológico da política brasileira

Após compreender as características do espectro ideológico no Brasil, cumpre analisar o posicionamento ideológico dos partidos no país e como esse espectro se distribui entre os políticos brasileiros eleitos entre os poderes Executivo e Legislativo das diferentes esferas federativas ao longo do tempo.

Para atribuir uma ideologia a cada partido, utilizou-se a média atribuída pelos parlamentares entrevistados, em cada pesquisa (ou “onda eleitoral”), de 1 a 10, a cada partido político³ no âmbito da *Brazilian Legislative Survey*.

O Gráfico 8 apresenta a posição ideológica dos partidos políticos brasileiros de acordo com as pesquisas realizadas em 2009 e em 2021, ordenados no espectro ideológico da esquerda para a direita. Em 2009, dentre os 20 partidos analisados, havia três posicionados à esquerda (PSOL, PCdoB e PCB, com índice de ideologia menor ou igual a 3), seis partidos posicionados na centro-esquerda (com índice de ideologia entre 3 e 5), sete partidos na centro-direita (com índice de ideologia entre 5 e 7), e quatro partidos à direita (Agir, DEM, PP e DC, com índice de ideologia superior a 7)⁴.

Trata-se de cenário bastante distinto da pesquisa de 2021, quando houve maior distribuição dos partidos para a centro-direita e para a direita. Dentre os 26 partidos para os quais há dados, apenas quatro (PSOL, PCdoB, PCB e PT) encontram-se posicionados à esquerda. Outros quatro partidos (PSB, PDT, PV e Rede) encontram-se posicionados na centro-esquerda, seis partidos posicionam-se na centro-direita e os demais 11⁵ partidos foram posicionados à direita. Essa convergência de partidos à direita também é observada em Bolognesi et al. (2023) ao comparar índices ideológicos derivados de pesquisas com especialistas para 2010 e para 2018.

O Gráfico 9, que apresenta a evolução ideológica dos principais partidos para os quais há dados para vários anos, demonstra que houve uma convergência ideológica ao centro pelos partidos mais situados nas extremidades do espectro, especialmente entre as pesquisas de 2005 a 2013. Com isso, na pesquisa de 2009, o PT foi classificado como partido de centro-esquerda, com índice ideológico equivalente a 3,60. Enquanto isso, partidos de centro, antes localizados mais à centro-esquerda, movimentaram-se mais à direita. Esse movimento do PT levou o PSDB, partido de centro-esquerda nas pesquisas de 1990 e 1993, a distanciar-se mais de seu adversário político⁶, posicionando-se mais à direita nos anos seguintes. Movimento semelhante ao do PSDB foi adotado pelo (P)MDB.

Na pesquisa de 2021, observa-se um movimento de polarização, com os partidos da extremidade inferior do espectro posicionando-se mais à esquerda (notadamente o PCdoB e o PT), e alguns partidos de direita e centro-direita acentuaram seus posicionamentos para a extremidade superior do espectro, com destaque para Cidadania e PL. Com esses movimentos, PSDB e PMDB voltaram a定位 mais ao centro.

³ De forma a aumentar o número de informações, foram feitas algumas extrapolações. Por exemplo, no caso do União Brasil, que resultou da fusão do DEM e do PSL em 2022, atribuiu-se a média da ideologia dos dois partidos conforme apurado na pesquisa de 2021. Para partidos em que não havia dados para todos os anos, adotou-se a informação da pesquisa mais próxima.

⁴ Utilizamos a denominação atual/vigente dos partidos políticos.

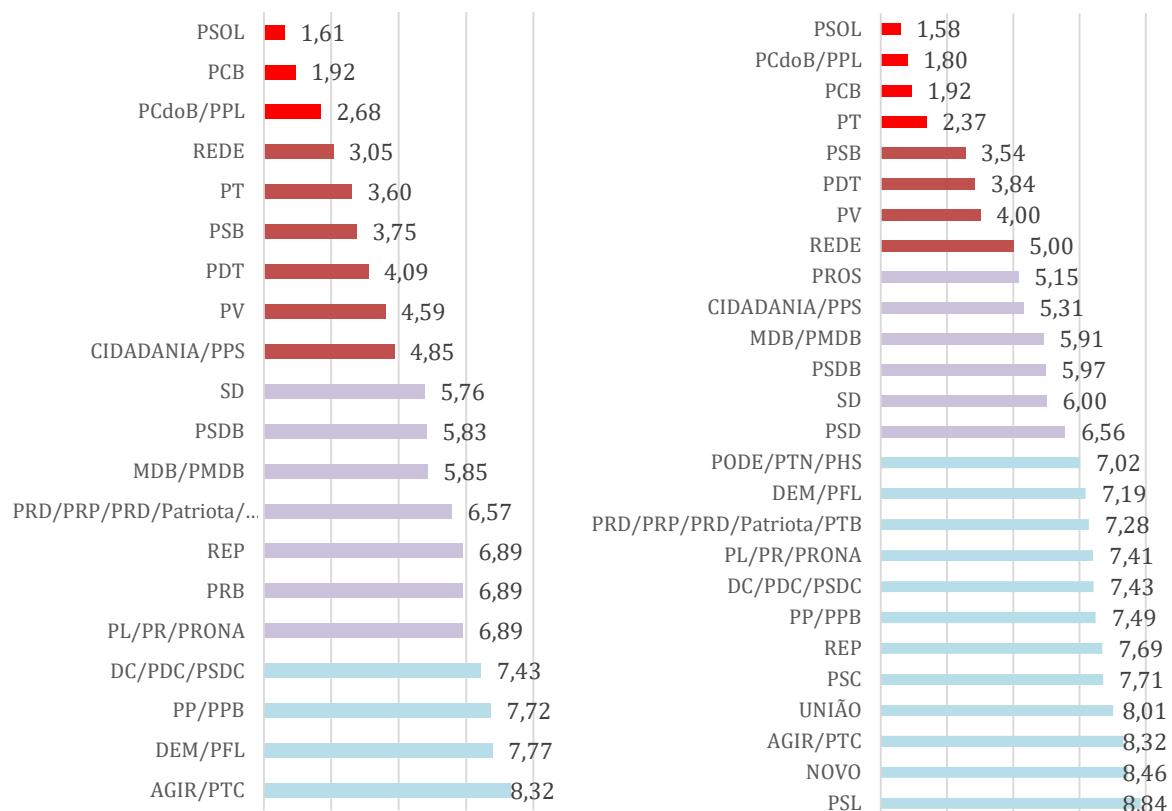
⁵ Nesta contagem, não consideramos o União Brasil, que, conforme nota de rodapé anterior, resultou da fusão do DEM e do PSL, cujos índices de posicionamento ideológico já aparecem no gráfico.

⁶ De 1994 a 2014, houve uma disputa cristalizada entre os dois partidos para a presidência do país.

Gráfico 8 – Posicionamento ideológico dos partidos políticos brasileiros

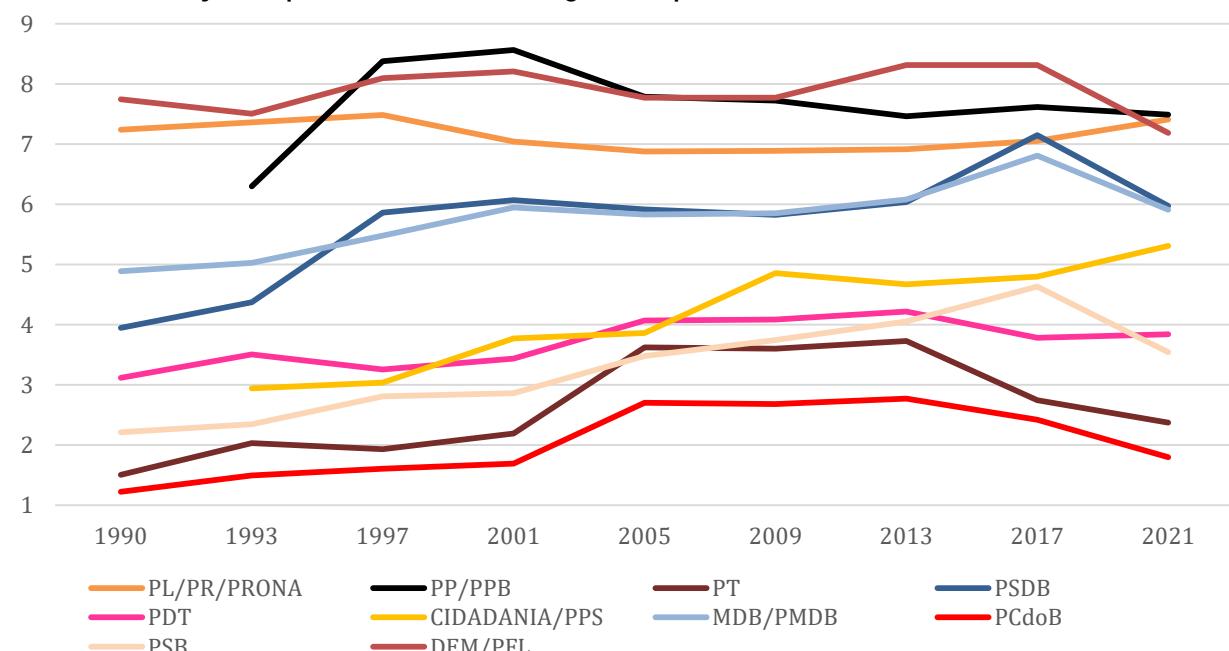
2009

2021



Fonte: elaboração das autoras a partir de dados da *Brazilian Legislative Survey*.

Gráfico 9 – Evolução do posicionamento ideológico dos partidos brasileiros



Fonte: elaboração das autoras a partir de dados da *Brazilian Legislative Survey*.

Os resultados apresentados assemelham-se a outros dados que utilizaram metodologias distintas. O Quadro 3 apresenta os resultados de índices de ideologia para os partidos brasileiros calculados a partir de diferentes fontes. Os dados do V-dem e de Bolognesi et al. (2023) baseiam-se em pesquisas de especialistas, enquanto os dados do Deltafolha (2024) derivam da análise do padrão de votações de cada partido. Zucco e Power (2021) realizam projeções da ideologia a partir dos dados da BLS referentes ao ano de 2017.

Quadro 3 – Posições dos partidos políticos brasileiros no espectro ideológico, de acordo com diferentes fontes

	BLS (2021)	Bolognesi et al. (2023) ⁷	Deltafolha (2024) ⁸	V-dem (2018) ⁹	Zucco; Power (2021) ¹⁰
Correlação com BLS ¹¹	-	84,9%	89,6%	98,8%	92,7%
Intervalo índice	1 a 10	0 a 10	1 a 10	-2 a 4	-1 a 1
Esquerda	x <= 3	x <= 4	x <= 3	x <= -1	x <= -0,5
centro-esquerda	3 < x <= 5	4 < x <= 5	3 < x <= 5	-1 < x <= 0	-0,5 < x <= 0
centro-direita	5 < x <= 7	5 < x <= 6	5 < x <= 7	0 < x <= 1,5	0 < x <= 0,25
Direita	x > 7	x > 6	x > 7	x > 1,5	x > 0,25
Partido		Índice de ideologia para cada fonte			
PSOL	1,58	1,28	1,58		-0,85
PCdoB	1,80	1,92	1,95		-0,69
PCB	1,92	0,91	1,67		
PT	2,37	2,97	1,90	-1,90	-0,63
PSB	3,54	4,05	3,39	-1,28	-0,40
PDT	3,84	3,92	3,62	-1,18	-0,37
PV	4,00	5,29	2,99		-0,04
Rede	5,00	4,77	2,23		-0,52
Pros	5,15	7,47			0,05
MDB	5,91	7,01	5,64	0,79	0,41
PSDB	5,97	7,11	7,50	1,43	0,50
SD	6,00	6,50	4,79		0,19
PSD	6,56	7,09	5,57	1,41	0,42
PRB	6,89	7,78		1,85	0,45
PODE	7,02	7,24	6,44		0,30
DEM	7,19	8,57		1,96	
Patriota	7,28	8,55			
PTB	7,28	6,10			0,23
PL	7,41		9,50	1,74	0,43
DC	7,43	8,11	8,42		

⁷ Pesquisa realizada com especialistas políticos, referente ao ano de 2018.

⁸ A partir da análise do padrão de votações dos partidos, calculado em 2024.

⁹ Dados do V-dem, calculados por especialistas, a partir de 2018.

¹⁰ Índices calculados pelos autores calculados a partir de dados da *Brazilian Legislative Survey* referentes a 2017.

¹¹ A correlação foi calculada para todos os dados disponíveis, enquanto a tabela apresentou apenas partidos para os quais há dados de pelo menos 3 fontes.

PP-PPB	7,49	8,20	6,62	2,26	0,63
PSC	7,71	8,20			0,56
Novo	8,46	8,13	10,00		
PSL	8,84	8,11		3,25	

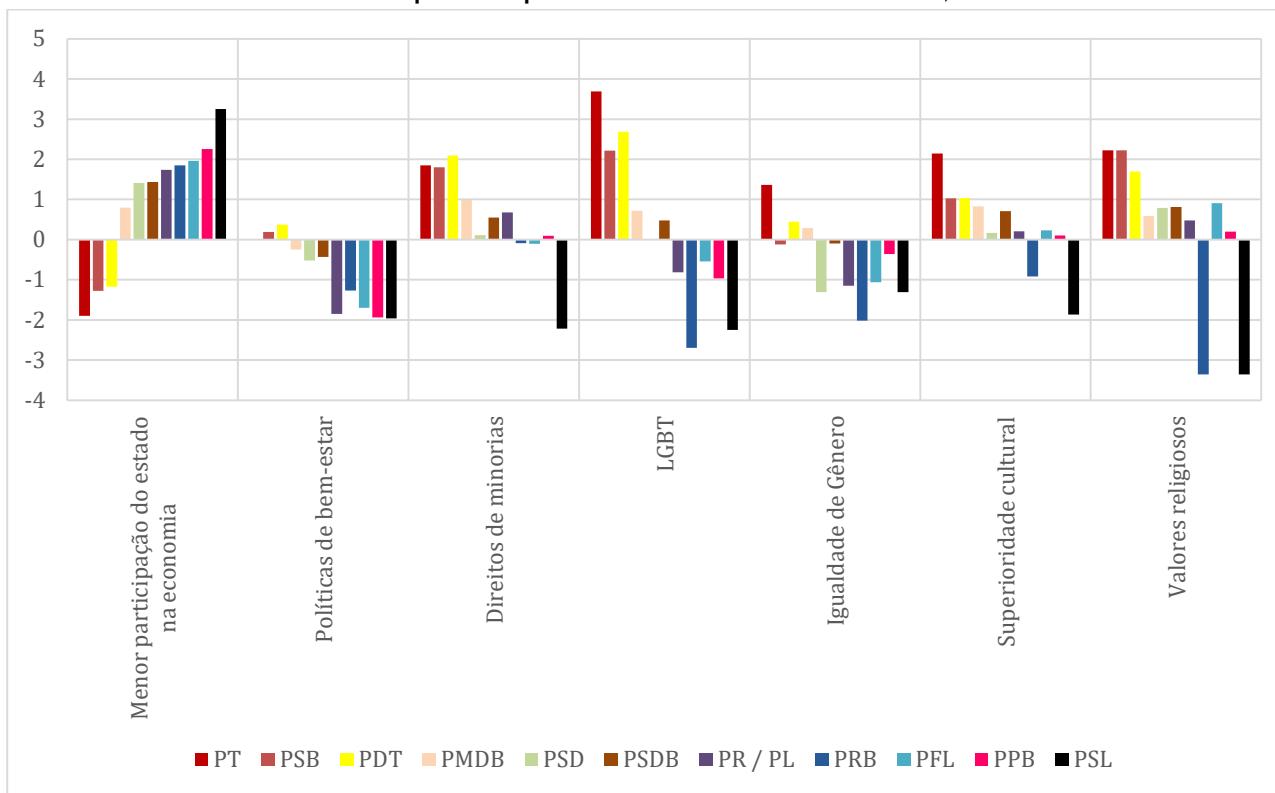
Fonte: elaboração das autoras a partir de dados de cada fonte.

Nota: A divisão do espectro ideológico é apenas ilustrativa e foi aplicada de maneira linear a partir do intervalo dos dados de cada fonte.

A despeito de alterações na posição relativa e na alteração da caracterização de alguns partidos entre as diferentes fontes, que se considera justificáveis pelo uso de metodologias distintas e por terem sido apurados em momentos diferentes no tempo, há uma forte correlação entre os dados das demais fontes e os dados da BLS aqui utilizados.

Uma vez posicionados os partidos na escala esquerda-direita, é interessante verificar como esses partidos se posicionam em relação a temas econômicos, sociais e culturais. Enquanto a seção anterior verificou o que determina a ideologia, o Gráfico 10 apresenta dados do V-dem que avaliam os principais¹² partidos políticos quanto a seu posicionamento a respeito de temas econômicos, culturais e sociais.

Gráfico 10 – Posicionamento dos partidos políticos sobre temas econômicos, culturais e sociais em 2018



Fonte: elaboração das autoras a partir de dados do V-Dem.

Nota: Menor participação do estado na economia (*v2pariglet*), quanto maior, maior a ênfase em um papel reduzido do estado na economia. Políticas de bem-estar (*v2pawelf*) quanto maior, maior a promoção de políticas de bem-estar universais. Direitos de minorias (*v2paminor*), quanto maior, mais a liderança do partido argumenta que a vontade da maioria não deve determinar a política caso esta viole direitos de minorias. LGBT (*v2palgbt*), quanto maior, maior o apoio a políticas de igualdade LGBT. Igualdade de gênero (*v2pagender*), quanto maior, mais balanceada entre gêneros as lideranças do partido. Superioridade cultural (*v2paculsup*), quanto maior, maior a oposição à promoção de superioridade cultural de um grupo específico ou da nação como um todo. Valores religiosos (*v2parelig*), quanto maior, menos o partido invoca Deus ou religião para justificar suas posições.

¹² Os principais partidos avaliados pela pesquisa dependem do número de assentos na Câmara dos Deputados.

Interessante notar que, embora partidos mais favoráveis à participação reduzida do Estado na economia de maneira geral tenham posições mais conservadoras quanto a aspectos culturais e sociais, não há uma linearidade clara nessas relações. O PSDB, por exemplo, apresenta-se mais favorável a uma redução do papel do Estado na economia, mas posiciona-se de maneira mais progressista em temas como direitos de minorias, igualdade de gênero e políticas LGBT. O PPB também merece destaque, especialmente quanto aos posicionamentos relativos a valores religiosos, superioridade cultural e direitos de minorias. Por sua vez, partidos nos extremos da escala esquerda-direita, como o PT e o PSL, apresentam posições mais consistentes com o esperado para todas as temáticas.

4.3 Posicionamento ideológico dos candidatos eleitos

A partir dos dados da ideologia dos partidos e das informações dos candidatos eleitos¹³, é possível analisar a composição ideológica dos poderes Executivo e Legislativo da União, dos estados e dos municípios. Embora o partido ao qual o candidato seja filiado não necessariamente reflita exatamente a posição ideológica do candidato, tendo em vista a inexistência de dados, considera-se que a ideologia do partido seja uma boa *proxy* para este posicionamento.

Entretanto, é importante considerar as limitações desta extração: alianças suprapartidárias e comportamentos estratégicos podem levar parlamentares a terem comportamentos políticos não coerentes com a ideologia atribuída ao seu partido. A análise ideológica a partir de votos dos parlamentares pode trazer luz a essas questões. Ademais, as extrações dos dados para eleições estaduais e municipais não consideram características regionais específicas, que podem ser investigadas em trabalhos posteriores.

Em relação à União, o Gráfico 11 apresenta a ideologia média dos presidentes, senadores e deputados federais ao longo dos últimos mandatos. Os presidentes apresentam oscilações significativas entre a esquerda (2003–2014 e 2023–2026) e a direita (2016–2022). Deputados federais e senadores apresentam estabilidade ideológica relativa, com destaque para uma maior inclinação à direita no período recente.

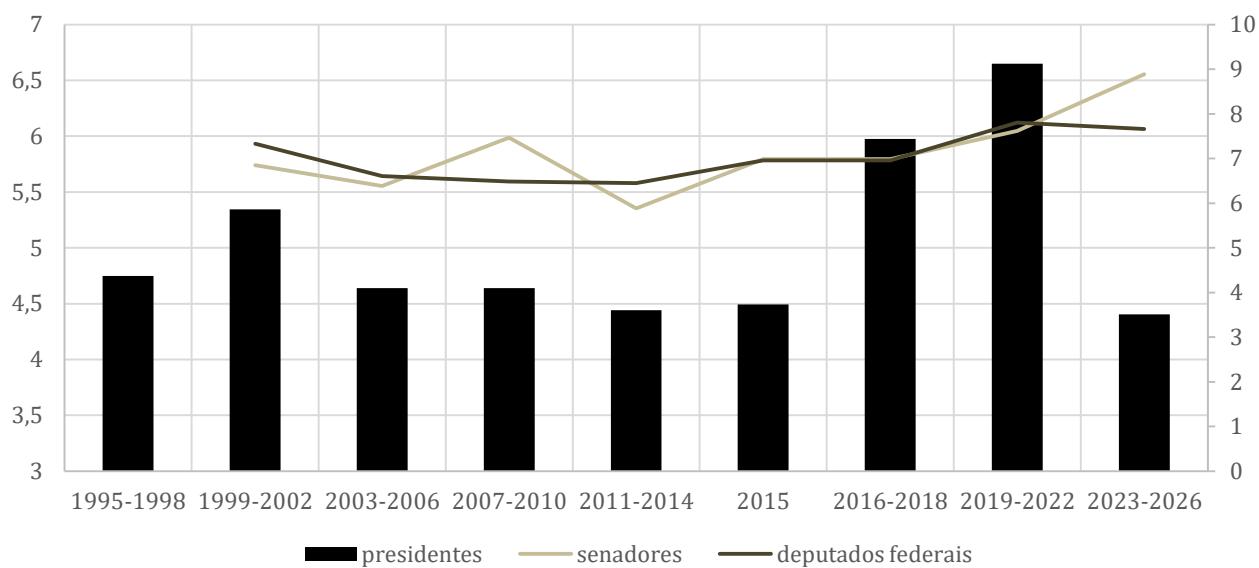
Quanto ao chefe do Poder Executivo da União, o período 1995–1998, primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso apresentou ideologia de 4,4, com um alinhamento moderado à esquerda, um período transitório pós-ditadura com foco em políticas econômicas de abertura e reforma. No segundo mandato de FHC (1999 a 2002), há uma aproximação para a centro-direita (5,9). Já o período de 2003 a 2015, primeiro e segundo mandatos dos governos Lula e Dilma, há um alinhamento à esquerda, marcado pela ampliação da presença estatal. O governo Temer, por sua vez, representou uma significativa alteração no posicionamento ideológico (7,4), após o impeachment presidencial e com a necessidade de adoção de políticas de consolidação fiscal. O governo Bolsonaro

¹³ Para tanto, são utilizados dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), das eleições de 1994 a 2024. Considera-se os candidatos eleitos em 1º e em 2º turno. Em caso de eleições suplementares, considera-se o candidato eleito na última eleição realizada para o mandato.

consolidou este alinhamento à direita (9,12), refletindo políticas conservadoras. A eleição de Lula, em 2022, num contexto de significativa polarização ideológica, representou um retorno à esquerda (3,5).

Já os senadores e deputados, sempre se posicionaram, em média, entre posições de centro-direita, com maior alinhamento à direita, principalmente a partir de 2016. Os senadores apresentam um pouco mais de oscilação no período analisado.

Gráfico 11 – Ideologia dos presidentes, senadores e deputados federais

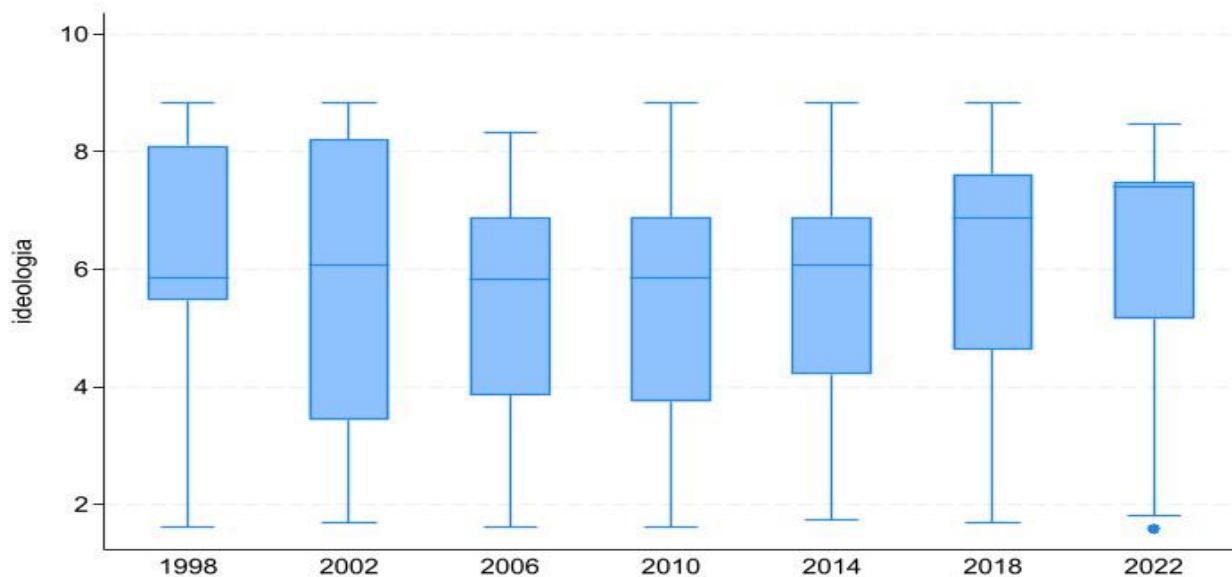


Fonte: elaboração das autoras a partir de dados da *Brazilian Legislative Survey* (BLS) e do TSE

Nota: Para os deputados e senadores, foi apurada a ideologia média dos parlamentares eleitos, conforme ideologia do partido, apurada pelas variáveis *lr(nomedopartido)* constantes da pesquisa BLS. Para os presidentes, utilizou-se a ideologia apurada para cada um, se houver, ou a ideologia do partido. Para cada mandato, utilizou-se o dado da pesquisa imediatamente anterior à eleição. Por exemplo, para 1999-2002, referentes à eleição de 1998, os dados da pesquisa de 1997.

A despeito da estabilidade média, é mais interessante observar a distribuição da ideologia entre os parlamentares do Congresso Nacional. O desvio-padrão foi bastante elevado em 1998 e em 2022, indicando períodos de fragmentação ideológica, enquanto as eleições de 2010 e 2014 apresentam os menores valores, indicando maior consenso ideológico entre os partidos eleitos. O Gráfico 12 demonstra que houve uma elevação da mediana e do quartil inferior, indicando um deslocamento ideológico geral para a direita ao longo dos anos. Também se destaca, em 2022, a grande concentração em torno da média e valores menores nos extremos, refletindo a maior polarização, em contraposição aos anos de 2002 e 2006, em que havia maior dispersão e homogeneidade, sustentada por alianças políticas amplas.

Gráfico 12 – Distribuição da ideologia dos parlamentares da União, por ano de eleição



Fonte: elaboração das autoras a partir de dados da *Brazilian Legislative Survey* (BLS) e do TSE

A dinâmica dos governos estaduais, por sua vez, parece estar associada à evolução do posicionamento ideológico dos presidentes, decorrente provavelmente de alianças nacionais. Exceção desse alinhamento foi a eleição de 2022, quando houve deslocamento para esquerda no Executivo nacional e para a direita nos governos estaduais. O Gráfico 13 apresenta a evolução do posicionamento ideológico dos governadores eleitos de 1998 a 2022.

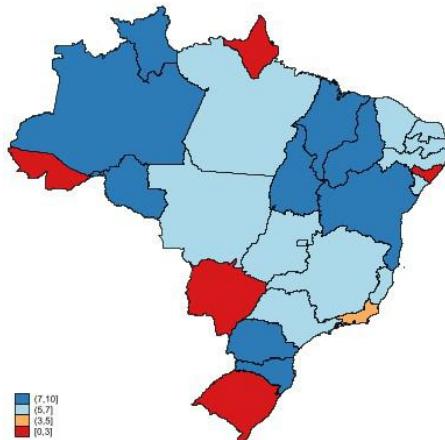
Nas eleições de 1998, os governadores eleitos localizavam-se majoritariamente no espectro da direita ou centro-direita. O início dos anos 2000 traz uma leve transição para o centro, e em 2006 há um aumento de unidades federativas com governadores de esquerda ou centro-esquerda. As eleições de 2010 e 2014 são marcadas por um grande predomínio de governos de centro. Já o período mais recente, com as eleições de 2018 e 2022 reflete um retorno de posições à direita.

Em relação às regiões, destaca-se que a região Norte usualmente elege governadores de direita. Já no Nordeste, observa-se maior oscilação entre parlamentares de direita e esquerda, mas ainda assim é a região que mais elegeu governadores de esquerda e centro-esquerda em todo o período. No Centro-Oeste há predominância da direita em todo período, com destaque para uma transição ao centro entre 2006 e 2014. O Sudeste apresenta posições mais centristas, com movimento à direita especialmente a partir de 2018. Por fim, os estados do Sul apresentam governos posicionados mais à direita em todo o período, com exceção do Rio Grande do Sul em 1998.

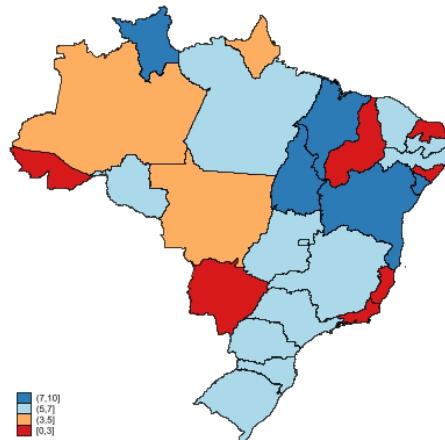
O Gráfico 14, por sua vez, traz a média do posicionamento ideológico dos deputados estaduais. Por se tratar de médias, o gráfico reflete uma tendência ao centro (com índices ideológicos posicionados majoritariamente de 4 a 7). Assim como para os governadores, há um movimento à direita no período recente. Chama atenção, no entanto, estados com posicionamento médio à direita (índice superior a 7), como Amazonas e Roraima em 2022 e Tocantins em 1998.

Gráfico 13 - Posicionamento ideológico dos governadores

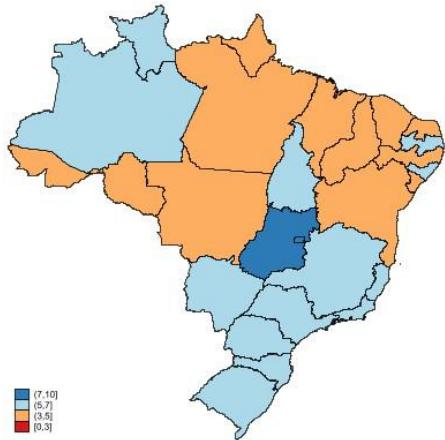
1998



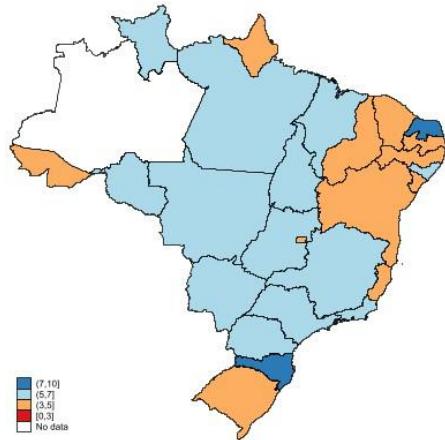
2002



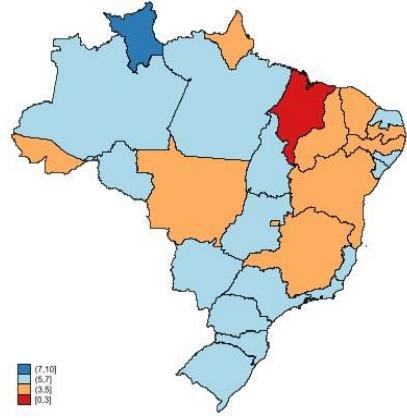
2006



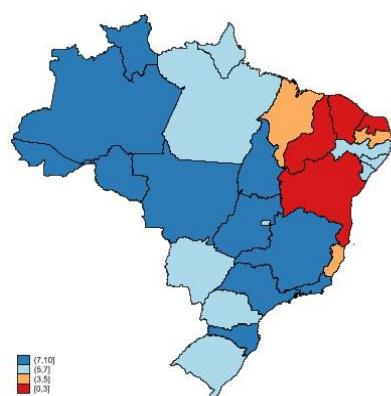
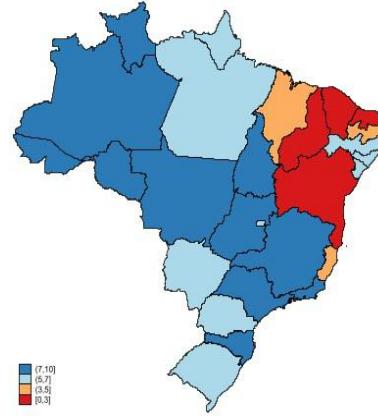
2010



2014



2018

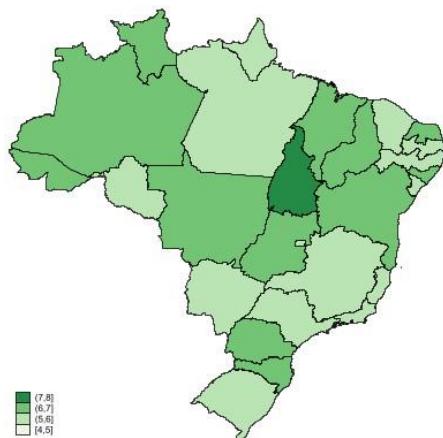


24

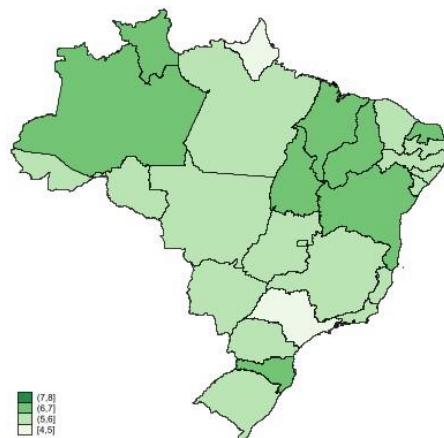
Fonte: elaboração das autoras a partir de dados da *Brazilian Legislative Survey (BLS)* e do TSE.

Gráfico 14 - Posicionamento ideológico dos deputados estaduais

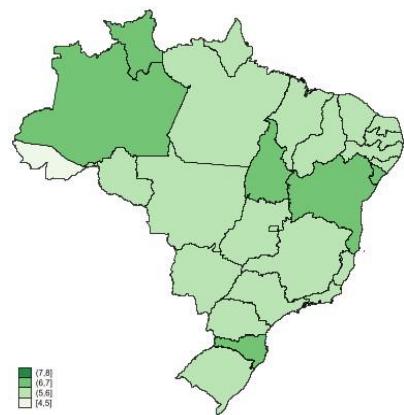
1998



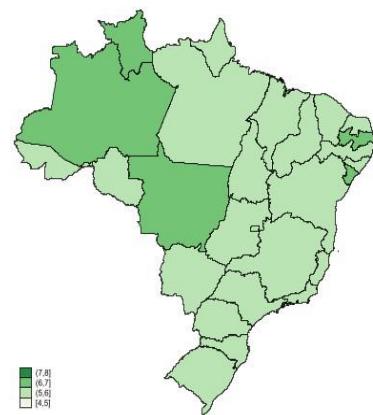
2002



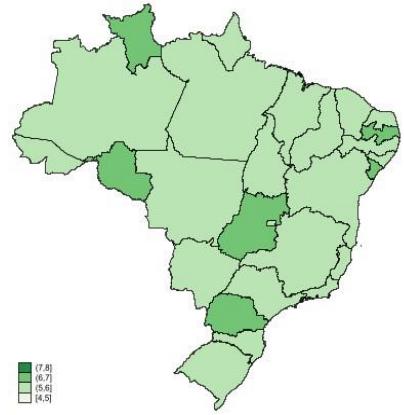
2006



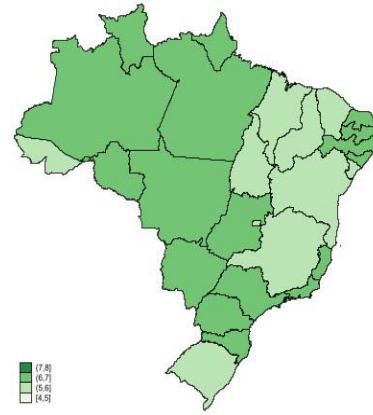
2010



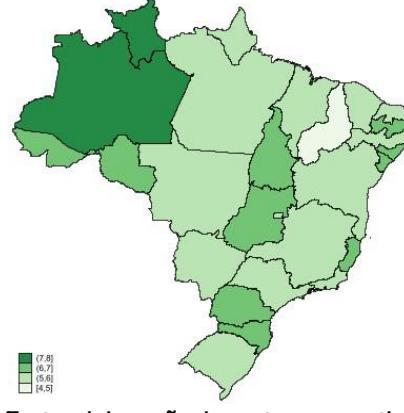
2014



2018



2022

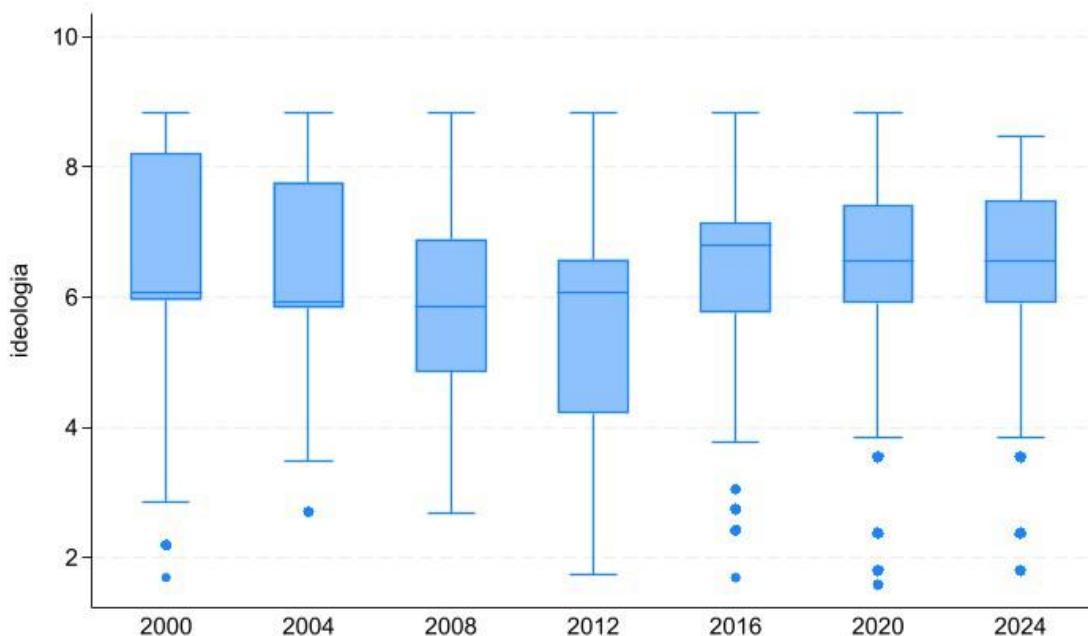


25

Fonte: elaboração das autoras a partir de dados da *Brazilian Legislative Survey* (BLS) e do TSE.

Quanto aos municípios, observamos um padrão semelhante ao observado nos estados: maior concentração de prefeitos de direita ou centro-direita nas eleições de 2000, com maior transição à centro-esquerda nas eleições de 2004 a 2012, e retorno a posições mais direitistas a partir de 2016, mas de maneira mais significativa em 2020 e em 2024. A distribuição do posicionamento ideológico dos prefeitos, por eleição, pode ser visualizada no Gráfico 15.

Gráfico 15 - Distribuição do posicionamento ideológico dos prefeitos



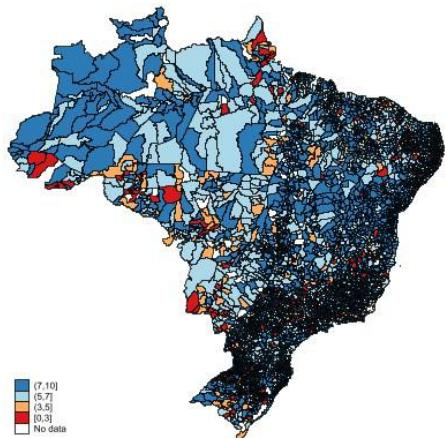
26

Fonte: elaboração das autoras a partir de dados da *Brazilian Legislative Survey* (BLS) e do TSE.

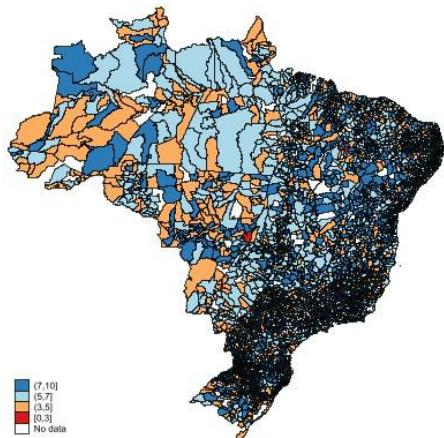
Em relação à distribuição por região, embora os padrões sejam semelhantes aos governos estaduais, o índice de ideologia dos prefeitos tende a ser superior aos dos governadores, exceto para os estados em que há maior polarização à direita nos governos estaduais. Ainda, os prefeitos seguem padrões menos voláteis em relação à presidência do que os governadores. Ademais, destaca-se uma ampla dispersão ideológica entre os prefeitos nos estados da região Nordeste. O Sudeste apresenta mais prefeitos de centro e centro-direita, enquanto no Norte, Centro-Oeste e Sul predominam prefeitos de direita.

Gráfico 16 – Posicionamento ideológico dos prefeitos

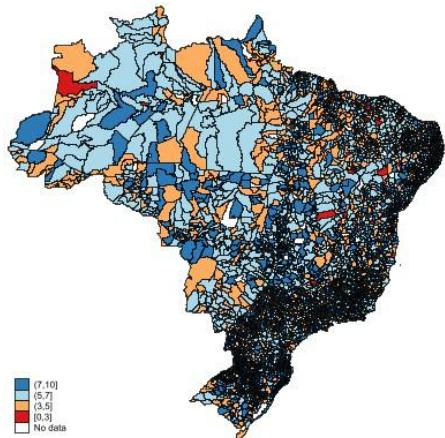
2000



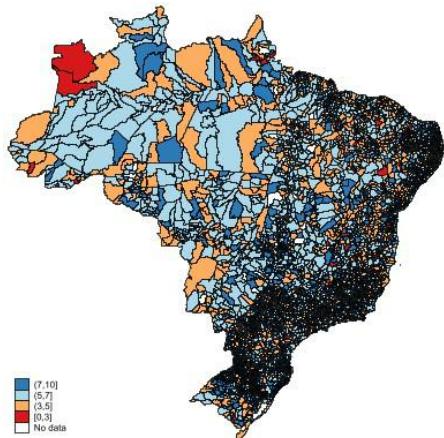
2004



2008

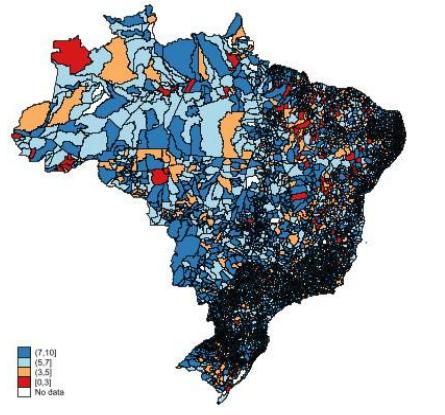


2012

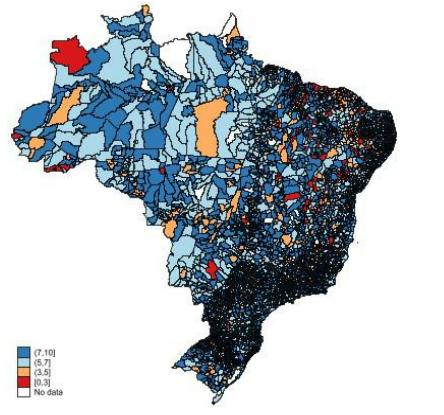


27

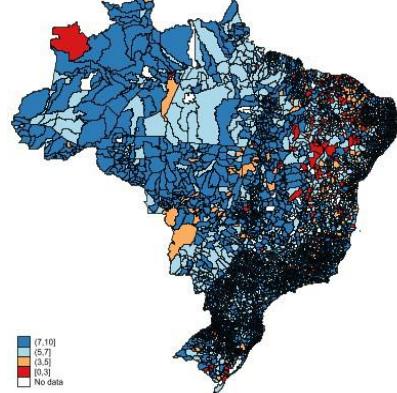
2016



2020



2024



Fonte: elaboração das autoras a partir de dados da *Brazilian Legislative Survey (BLS)* e do TSE

Os dados revelam oscilações significativas no governo federal entre períodos de esquerda (2003–2014 e 2023–2026) e direita (1999–2002, 2016–2022), refletindo polarização em nível nacional. Os presidentes alternaram progressivamente em resposta às mudanças sociopolíticas no Brasil, enquanto os senadores e os deputados federais mantiveram maior estabilidade moderadamente à direita, com destaque em 2016, 2018 e 2022 para maior inclinação ao conservadorismo. Salienta-se o aumento da mediana e do quartil inferior do índice ideológico dos parlamentares, que indicam um deslocamento à direita.

Os governos estaduais seguem padrões gerais relacionados à posição do Executivo nacional, mas variam em níveis regionais. Governadores predominantemente de direita no Norte e Centro-Oeste sustentam consistência histórica, com destaque para exemplos sólidos, como Amazonas e Roraima. No Nordeste, observa-se uma alternância mais dinâmica entre direita e esquerda, sendo esta última predominante em estados como Pernambuco e Maranhão, especialmente em períodos como 2006–2014. Após 2018, porém, houve movimento significativo à direita, incluindo no Sudeste e Sul, com maior intensidade em São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

Os governos municipais, por fim, apresentam maior estabilidade, com oscilações mais suaves, marcadas por um início mais conservador (eleição de 2000) seguido de uma transição à centro-esquerda (de 2004 a 2012) e retorno progressivo à direita (2016–2024).

Observa-se, assim, pouca influência do deslocamento ideológico para a esquerda no Executivo federal nas eleições de 2022 sobre os líderes estaduais e municipais, que consolidaram um alinhamento à direita.

28

5 Conclusões

Este artigo aborda a complexidade e a evolução do conceito de ideologia, destacando sua relevância no cenário político contemporâneo. Inicialmente, explora as definições históricas e atuais de ideologia, conforme discutidas por autores como Knight (2006) e Heywood (2021). A ideologia é apresentada como um sistema coerente de ideias que orienta a ação política, oferecendo uma interpretação do passado, uma explicação do presente e uma visão do futuro.

As ideologias caracterizam-se por serem impermanentes, dependerem de fatores políticos e contextuais e serem relativas à perspectiva de quem as analisa. Desta forma, elas apresentam-se de diferentes maneiras a cada contexto histórico e geográfico. Ademais, as ideologias podem ser classificadas em diferentes tipos ou dimensões, dependendo de seu foco principal. Em especial, salienta-se as dimensões política, econômica e social, sendo que a dimensão social, especialmente no que se refere a questões culturais, tem ganhado cada vez mais importância nas discussões ideológicas.

Tendo em vista a ampla gama de definições, características e dimensões ideológicas, o presente trabalho discute como as ideologias são classificadas, destacando suas características fundamentais e os desafios associados à sua categorização. A tradicional classificação de ideologias no espectro político linear direita-esquerda apresenta limitações associadas a essa complexidade, tornando difícil localizá-las a partir de um único critério. Como contraponto, discutem-se teorias que propõem espectros

bidimensionais que adicionam um eixo vertical de liberdade/autoridade ao eixo horizontal da direita/esquerda, ou o formato de ferradura, que sugere aproximação entre a extrema-direita e a extrema esquerda.

A complexidade associada à classificação estende-se e amplifica-se quando pretende-se mensurar a(s) ideologia(s). Diferentes abordagens são utilizadas na literatura, a exemplo de pesquisas de autoposicionamento de parlamentares, ou pesquisas aplicadas a especialistas e eleitores, além de análises de conteúdo de programas partidários ou de votações parlamentares, com vantagens e desvantagens inerentes a cada uma delas.

A melhor compreensão do posicionamento ideológico se mostra ainda mais importante no contexto de elevada polarização, que se mostra relevante não só no Brasil, mas no contexto internacional. A crescente polarização associa-se a um aumento significativo atribuído à importância da ideologia nos governos recentes.

A despeito das dificuldades de definir, classificar e mensurar ideologias, considera-se que o espectro direita-esquerda ainda serve como referência e atalho mental no universo político, tornando mais fácil a mensuração ideológica e diferenciação entre os partidos. Assim, a partir de dados da *Brazilian Legislative Survey* (BLS), que se baseia na avaliação ideológica dos partidos políticos pelos próprios parlamentares em uma escala esquerda/direita que vai de 1 a 10, o presente trabalho analisou as mudanças ideológicas no Brasil desde o início dos anos 1990.

Os resultados demonstram que houve uma convergência ideológica ao centro pelos partidos inicialmente situados nas extremidades do espectro entre 2005 e 2013, enquanto partidos de centro-esquerda movimentaram-se mais à direita no período. Já nos anos mais recentes, nota-se um movimento de polarização, com os partidos da extremidade inferior do espectro posicionando-se mais à esquerda, e alguns partidos de direita e centro-direita acentuando seus posicionamentos para a extremidade superior do espectro.

Cumpre salientar que, por se tratar de uma pesquisa, a comparação entre os dados de diferentes aplicações da BLS pode ser fragilizada, tendo em vista que as perguntas podem ser interpretadas de maneira distinta ao longo do tempo. Ademais, dado que se baseia em respostas dos parlamentares, seus resultados podem ser afetados por comportamentos estratégicos. Assim, a compilação de dados longitudinais a partir de outras fontes pode trazer contribuições adicionais à análise, especialmente quanto ao posicionamento ideológico efetivamente demonstrado no desempenho das funções políticas dos partidos e seus parlamentares. A despeito disso, observou-se grande correlação entre as ideologias partidárias apresentadas no trabalho a partir de dados da BLS e de outras metodologias, a partir do padrão de votação dos partidos (Deltafolha), pesquisas com especialistas em política (Bolognesi et al., 2023) e V-dem.

Tendo em vista a característica multidimensional das ideologias, busca-se compreender como os parlamentares se posicionam em relação a temas econômicos, sociais e culturais, de acordo com seu posicionamento ideológico. Nota-se que parlamentares de esquerda favorecem maior participação estatal em questão econômicas, enquanto parlamentares de centro e de direita atribuem valores semelhantes a essas

temáticas (ambos preferindo menor participação estatal). Há diferenças mais expressivas entre parlamentares de centro e de direita em relação a valores sociais e culturais.

Ademais, houve um aumento da correlação entre a ideologia e temas sociais e culturais entre 2013 e 2021, reforçando maior polarização ideológica e a importância crescente dessas questões para definição do posicionamento ideológico dos parlamentares no Brasil. Temas econômicos apresentam grande correlação e significância estatística em todo o período analisado.

Após compreender como se posicionam parlamentares de esquerda, centro e direita em relação a temas econômicos, sociais e culturais, examina-se a composição ideológica dos poderes Executivo e Legislativo em diferentes níveis governamentais, a partir do cruzamento dos dados de ideologia elaborados a partir da BLS e dos dados de candidatos eleitos do TSE, de 1995 até a atualidade. Para tanto, considera-se que a ideologia do partido do candidato é uma *proxy* de seu posicionamento político.

Para os presidentes, observa-se oscilações significativas entre a esquerda (2003–2014 e 2023–2026) e a direita (2016–2022). Senadores e deputados federais apresentam relativa estabilidade ideológica, mas com maior inclinação à direita no período recente e desvios padrões elevados em 1998 e 2022, indicando períodos de fragmentação ideológica.

No âmbito subnacional, a dinâmica observada para os chefes do Poder Executivo parece estar associada à evolução do posicionamento ideológico dos presidentes, à exceção da eleição de 2022, em que houve deslocamento para esquerda no executivo nacional e para a direita nos governos estaduais. A nível regional, o trabalho demonstra que as regiões Norte e Centro-Oeste apresentam consistentemente governadores de direita, enquanto o Nordeste apresenta uma alternância mais dinâmica. De maneira geral, observa-se um deslocamento ideológico para a direita entre os parlamentares de todos os níveis de governo e entre chefes do Poder Executivo de estados e municípios nos anos recentes.

As conclusões e resultados apresentados neste trabalho devem ser analisadas considerando a limitação dos dados utilizados, que extrapolam ideologias partidárias mensuradas a partir de *surveys* aplicadas a parlamentares federais para ideologias dos candidatos de todos os níveis de governo. Ademais, não se consideram coligações, alianças suprapartidárias e contextos locais e regionais de cada partido na análise, que podem afetar o posicionamento ideológico dos candidatos eleitos.

O artigo fornece o contexto ideológico e político em que as políticas públicas são formuladas e implementadas no Brasil, sendo fundamental para analisar os determinantes das decisões políticas e seus impactos na sociedade. A despeito das limitações inerentes aos dados utilizados, bem como às extrações necessárias à análise realizada, as descobertas deste artigo contribuem significativamente para o corpo de conhecimento existente ao fornecer uma análise abrangente das ideologias no contexto brasileiro, fornecendo uma compreensão detalhada da evolução ideológica no Brasil e oferecendo uma base sólida para análises subsequentes sobre a polarização política e as dinâmicas partidárias.

ALVES, João; BERTUSSI, Geovana; BATISTA, Luis. Voto econômico e função popularidade no Brasil: a influência de variáveis macroeconômicas na taxa de aprovação presidencial e nas eleições, *VIII Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política*, Recife - PE, 2023.

ARENKT, Hannah. *The origins of totalitarianism*. London: Allen & Unwin, 1951.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: UNESP, 1995.

BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. *Dados*, v. 66, n. 2, p. 1-29, 2023.

BRASIL TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Portal de Dados Abertos do TSE* Disponível em: <<https://dadosabertos.tse.jus.br/>>. Acesso em: 4 set. 2024.

DELTAFOLHA. *Espectro político brasileiro em 2024*. Disponível em: <<https://github.com/deltafolha/proximidade-partidaria-2024>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

EAGLETON, Terry. *Ideology: an introduction*. London: Verso, 1991.

FREEDEN, Michael. *Ideologies and political theory: a conceptual approach*. Oxford; New York: Oxford University Press, 1996.

GRAMSCI, Antonio. *Selections from the prison notebooks*. New York: International Publishers, 1971.

31

HEYWOOD, Andrew. *Political ideologies - an introduction*. London: Book Overview, 2021.

IYENGAR, S.; LELKES, Y.; LEVENDUSKY, M.; MALHOTRA, N.; WESTWOOD, S. The origins and consequences of affective polarization in the United States. *Annual Review of Political Science*, v. 22, p. 129-146, 2019.

JORGE, Vladimyr; FARIA, Alessandra Maia; SILVA, Maria Goulart. Posicionamento dos partidos políticos brasileiros na escala esquerda-direita: dilemas metodológicos e revisão da literatura. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v.33, p. 1-44, 2020.

JOST, John T., FEDERICO, Christopher M.; NAPIER, Jaime. L. Political ideology: its structure, functions, and elective affinities. *Annual Review of Psychology*, v. 60, p. 307-337, 2009.

KITSCHELT, Herbert. *The transformation of european social democracy*. New York: Cambridge University Press. 1994.

KNIGHT, Kathleen. Transformations of the concept of ideology in the twentieth century. *American Political Science Review*, v. 100, n. 4, p. 619-626, 2006.

LATONIBARÔMETRO. Disponível em: <<https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>>. Acesso em: 19 fev. 2025.

MACIEL, Ana Paula Brito; ALARCON, Anderson de Oliveira; GIMENES, Eder Rodrigo. Partidos políticos e espectro ideológico: parlamentares, especialistas, esquerda e direita no Brasil. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v. 8, n. 3, p. 72-88, 2018.

MANNHEIN, Karl. *Ideology and utopia*. London: Routledge & Kegan Paul, 1960.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. *The german ideology*. New York: International Publishers, 1970.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism* Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

NUNES, Felipe; TRAUMANN, Thomas. *Biografia do abismo: como a polarização divide famílias desafia empresas e compromete o futuro do Brasil*. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2023.

POPPER, Karl. *The open society and its enemies*. London: Routledge & Kegan Paul, 1945.

POWER, Timothy. J.; ZUCCO Jr, Cesar. Estimating ideology of brazilian legislative parties, 1990-2005: a Research communication. *Latin American Research Review*, v. 44, n. 1, p. 218-246, 2009.

TAROUCO, Gabriela da S.; MADEIRA, Rafael M. Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. *Revista Debates*, v. 7, n. 2, 93-114, 2013.

VAN DIJK, Teun A. *Ideology: a multidisciplinary approach*. London: Sage, 1998.

ZUCCO Jr., Cesar; POWER, Timothy J. Fragmentation without cleavages? Endogenous fractionalization in the Brazilian party system. *Comparative Politics*, v. 53, n. 3, p. 477-500, 2021.

ZUCCO, Cesar. Brazilian Legislative Surveys (Waves 1-9, 1990-2021), Disponível em: <<https://doi.org/10.7910/DVN/WM9IZ8>>. Harvard Dataverse, VI. Acesso em 27 jan. 2025.

32

Artigo recebido em: 26/03/2025.

Aprovado em: 03/06/2025.

Thaís Riether Vizioli (thaivizioli@gmail.com) possui graduação e mestrado em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília (UnB), é atualmente doutoranda em Economia do Setor Público pela UnB e Auditora Federal de Finanças e Controle no Tesouro Nacional.

Geovana Lorena Bertussi (geovanalorena@gmail.com) possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília (UnB), mestrado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutorado em Economia pela UnB. Atualmente é Professora Associada do Departamento de Economia da UnB.

Evolução ideológica e polarização no Brasil

Resumo. Este artigo examina o papel crucial da ideologia na formação das dinâmicas políticas e nos processos de tomada de decisão no Brasil. A partir de dados da evolução ideológica histórica dos partidos políticos brasileiros, apresenta a composição ideológica dos poderes Executivo e Legislativo em todos os níveis federativos (federal, estadual e municipal) ao longo dos anos. O artigo também investiga os determinantes da ideologia,

enfatizando a crescente importância dos fatores culturais e identitários, em contraponto a uma redução relativa da significância de determinantes econômicos. A pesquisa traz, adicionalmente, análises e reflexões sobre as dinâmicas da polarização política e seu impacto nas políticas públicas, no comportamento eleitoral e na democracia do país, oferecendo uma compreensão aprofundada do cenário político brasileiro, em especial desde a redemocratização.

Palavras-chave: Ideologia; Partidos políticos; Polarização; Cenário político; Brasil

Ideological evolution and polarization in Brazil

Abstract. This article examines the crucial role of ideology in shaping political dynamics and decision-making processes in Brazil. Based on data on the historical ideological evolution of Brazilian political parties, this article presents the ideological composition of the Executive and Legislative branches at all federative levels (federal, state and municipal) over the years. The article also investigates the determinants of ideology, emphasizing the growing importance of cultural and identity factors, in contrast to a relative reduction in the significance of economic determinants. The research also provides analyses and reflections on the dynamics of political polarization and its impact on public policies, electoral behavior and democracy in the country, offering an in-depth understanding of the Brazilian political scenario, especially since redemocratization.

Keywords: Ideology; Political parties; Polarization; Political landscape; Brazil